



“A Baixa Portuense, coroa envolvente da zona histórica da cidade do Porto, classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, e centro da actividade da cidade do Porto e da região, encontra-se neste momento num acelerado processo de deterioração urbana que urge contrariar”. A frase lapidar de Sarmiento e Cunha, administrador da Porto 2001, produzida no virar do século, em pleno ano 2000, passada uma década mantém-se actual, e impõe uma reflexão. Não obstante os méritos conseguidos ao nível da requalificação da cidade nos últimos 10 anos, através de diversos protagonistas públicos e privados, a verdade é que muito ainda falta fazer para que a Baixa Portuense se torne um ex-líbris da região, não apenas pela sua história, mas principalmente pelo que pode ser no presente. A reabilitação (dimensão física) de uma habitação da Baixa Portuense – o Prédio de Rendimento, projectado pelo ilustre arquitecto Marques da Silva em 1928 – e sua transformação em residência universitária é o contributo, a pista que se deixa no traçado, para a revitalização (dimensão social) e consequente requalificação da cidade (dimensão urbana). Alguns passos foram dados para concretizar essa vontade transformadora e é para lhes dar seguimento que surge o presente projecto, pois nas sábias palavras de António Machado “o caminho faz-se caminhando”.

Baixa Portuense Marques da Silva Residências Universitárias
Reabilitação Revitalização Requalificação

ABSTRACT

“Oporto’s downtown, surrounding crown of city’s historical area, labeled World Heritage by UNESCO, and activity’s centre of Oporto region, is currently in an accelerating process of urban deterioration which must be prevented”. The laconic phrase of Sarmiento e Cunha, Porto 2001’s administrator, produced at the turn of the century, in 2000, after a decade remains actual, and imposes a reflection. Notwithstanding the merits achieved in terms of requalification the city over the past 10 years, through various public and private actors, the truth is that much remains to be done for Oporto’s downtown becomes a paradigm of the region, not only for its history, but mainly for what may be in the present. Rehabilitation (physical dimension) of an inhabitation - Prédio de Rendimento, designed by renowned architect Marques da Silva - and its transformation into a residence hall is the contribution, the track left in the path, to revitalization (social dimension) and subsequent city’s requalification (urban scale). Some steps were taken to achieve this transforming will and it’s to follow them this project arises, because in the wise words of Antonio Machado “we do the path walking”.

Oporto Downtown Marques da Silva Halls of Residence
Rehabilitation Revitalization Requalification



Introdução

Objectivos da Investigação

Metodologias da Investigação

1. Caracterização da malha da Baixa Portuense

1.1 Evolução Histórica

1.2 A importância de Marques da Silva na mudança de paradigmas

1.3 O advento do séc. XXI - do Porto 2001 à actualidade

2. Reabilitação e Revitalização rumo à Requalificação

2.1 Conservação do Património - a importância da reabilitação

2.2 Revitalização como veículo de “Regresso à Baixa” - o papel das acessibilidades

3. A Metamorfose do Prédio de Rendimento

3.1 Residências Universitárias

3.2 Casos de Estudo

3.2.1 Residência Universitária Alberto Amaral

3.2.2 Residência Universitária José Novais Barbosa

3.2.3 Residência Universitária de Paranhos

3.2.4 Síntese Crítica

3.3 Caracterização de Prédio de Rendimento

3.4 Projecto da Residência Universitária

Conclusão

Bibliografia

Lista de Figuras

INTRODUÇÃO

O centro histórico da cidade do Porto encontra-se, de há alguns anos para cá, a perder população a um ritmo elevado, em resultado de profundas alterações económicas, sociais e culturais. A inadaptabilidade dos modelos antigos de habitação aos novos modelos de vida, bem como às exigências contemporâneas de conforto e à sua importância no desenvolvimento do projecto da habitação, levaram ao abandono e conseqüente degradação de grande parte do edificado corrente portuense, situação que constitui uma preocupação social e global da cidade (Milhazes, 2010).

A deterioração e a desertificação dos centros urbanos são realidades que têm sido debatidas pela opinião pública, pelos representantes políticos e nos meios académicos, e constituindo um dos mais evidentes problemas do contexto citadino contemporâneo. No caso concreto da Baixa Portuense, espaço geográfico de referência do presente projecto, aqueles problemas devem-se a um conjunto de factores que importa identificar: perda de 50% da população no espaço de quarenta anos; perda de cinquenta mil habitantes no espaço de vinte anos; taxa de desemprego superior a 10%; elevada percentagem de habitantes reformados e saída de população jovem da Baixa (envelhecimento da população); atractividade exercida pelas periferias; descentralização residencial dos activos do sector terciário, envolvendo diferentes estratos sociais; arrendatários com rendas muito baixas; falta de estacionamento nos prédios; engarrafamentos constantes; altos níveis de poluição atmosférica; rede de saneamento desajustada; escassa ou quase inexistente rede de gás natural; insuficiência de equipamentos sociais; limpeza de ruas insatisfatória; ruído excessivo; proliferação de vandalismo, indigentes, arrumadores, tráfico e consumo de droga, assaltos, numa palavra, aumento da criminalidade (Loza, 2005).

Ao evidenciar os factores que justificam o abandono e a ruína habitacionais da Baixa Portuense, constata-se que é urgente proceder a uma intervenção célere que modifique a perniciosa situação vigente e que contribua de forma decisiva para a sua requalificação, designadamente através da reabilitação do património e da revitalização social, como atesta Rui Loza ao afirmar que “se a intervenção não for pronta, o mais provável é instalar-se a habituação, o que leva ao desprezo pela recuperação e ao alastramento do dano” (Loza, 2005).

Não obstante a conjuntura actual, a Baixa é um dos principais centros vitais de toda a área metropolitana do Porto e, apelando à sua dimensão e força estratégicas, deve ser questionada a necessidade de fortalecer a procura habitacional nesta área. Neste sentido, é fundamental atrair para a Baixa mais população, sobretudo jovem, activa e com maiores níveis de qualificação (Matos, 2007), pelo que a habitação, manifestamente, deve ter um papel prioritário num projecto de revitalização de uma área antiga da cidade como é o centro do Porto (Fernandes, 2000).

A reabilitação é actualmente um tema incontornável quer se fale de conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentável ou de coesão social (Castro, 2010). O conceito de reabilitação implica o readaptar de tecido urbano degradado, salientando, sobretudo o seu carácter residencial, em que geralmente se realizam dois tipos de intervenção complementares: a do edificado - procurando melhorar a sua qualidade e conforto, e implicando, não só, a reabilitação dos edifícios habitacionais, como também a de outros edifícios, a demolição total ou parcial de alguns ou até a construção de novos;

Fig. 3 - Edifício em
ruínas - Rua de D. Hugo



Fig. 2 - Edifício em
ruínas - Avenida da Ponte



Fig. 1 - Edifício em
ruínas - Rua de
D. Hugo



e a da paisagem urbana - intervindo-se nas fachadas, nos espaços públicos contíguos ao residencial e nas infra-estruturas (Matos, 2007).

“O objectivo último da reabilitação é reabitar” (Matos, 2007, p. 36), é atrair para as áreas de intervenção: novas famílias; população mais jovem; novas actividades económicas; novos equipamentos de utilização colectiva de apoio à residência; actividades comerciais; e manter as actividades instaladas, recuperando-as e modernizando-as.

Numa perspectiva mais abrangente de encarar a reabilitação, entende-se que as intervenções em património edificado apresentam-se hoje como oportunidades para se recuperarem as diversas relações e tradições que se foram dissipando. Intervir em património consiste em aproximar realidades divorciadas entre si, proporcionar o relacionamento de modelos recentes com os valores da memória colectiva. Assim sendo, “a conservação, restauro e reabilitação de edifícios históricos (...) dependerá cada vez mais do entendimento que se deverá observar para os contextos sócio culturais que formam a envolvente” (Mestre & Aleixo, 2007, p. 1).

Intimamente ligada aos incentivos supracitados está a criação de residências de estudantes que atraiam populações jovens, activas e mais qualificadas, requisitos de revitalização do centro urbano (Matos, 2007).

A intervenção proposta no presente projecto para contrariar a problemática da deterioração e da desertificação da Baixa Portuense consubstancia-se na reabilitação de uma unidade habitacional, situada na Rua de Alexandre Braga, nas imediações do Mercado do Bolhão, em pleno coração da cidade. Trata-se de um imóvel que se designa Prédio de Rendimento, edificado em 1928 e projectado pelo notável arquitecto Portuense J. M. Silva (1869-1947). A regeneração deste prédio será feita de forma a atrair e fixar população jovem no centro da cidade, através da transformação do Prédio de Rendimento numa residência para estudantes universitários, ponto de partida para a formação de novas dinâmicas no centro da cidade (Fernandes, 2000), pois “se se criarem condições para o surgimento de novas áreas habitacionais, nomeadamente as destinadas a uma população estudantil e jovem, então podemos ter condições para designar a área como vocacionada para o lazer e a cultura urbana” (Santos & Ramos, 2000, p. 78).

Depois do exposto, conclui-se que a degradação do património urbano e a desertificação da Baixa Portuense são fenómenos que cresceram gradualmente e que atingiram um ponto crítico no passado recente. A situação é insustentável e é urgente intervir, agir sobre ela, para atenuá-la e solucioná-la. O recurso à reabilitação, no seu sentido mais amplo - que engloba não apenas o restauro habitacional, mas também a recuperação das acessibilidades e dos espaços públicos -, num movimento concertado de revitalização do centro urbano, é uma forma reconhecida e eficiente de concretizar aqueles objectivos. Por outro lado, é fundamental rejuvenescer e aumentar a população residente da Baixa do Porto, de forma a dinamizá-la, torná-la activa. Aqui se enquadra a transformação de edifícios degradados em modernas residências de estudantes, um incentivo à fixação da requerida população jovem, activa e qualificada, que protagonizará um volte-face na desvalorização, negligência e abandono do património urbano, requalificando-o definitivamente.



Fig. 4 - Ribeira do Porto

OBJECTIVOS E METODOLOGIAS DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem diversos objectivos delineados: identificação dos factores que conduziram à desertificação da Baixa Portuense; determinação das causas que influíram na procura dos espaços suburbanos para habitar, em detrimento da área habitacional central; explicação dos motivos que presidiram à desvalorização e à deterioração do tecido patrimonial urbano; explicitação de como a reabilitação do património, não só histórico, mas sobretudo residencial pode, numa primeira fase, atenuar a desertificação e, numa fase posterior, superá-la; clarificação da importância do rejuvenescimento demográfico da Baixa do Porto como veículo de revitalização das dinâmicas da cidade; e, por fim, elucidação da utilidade da transformação de um concreto imóvel da Baixa Portuense (o Prédio de Rendimento, desenhado pelo arquitecto Marques da Silva) em residência universitária, como propulsor da sua requalificação.

A metodologia de investigação utilizada para o estudo científico do projecto proposto assentou no uso de duas diferentes técnicas de pesquisa: a documental e a de campo.

A pesquisa documental teve muita importância para o desenvolvimento da investigação, ao enriquecer o enquadramento teórico e aprofundar o conhecimento, tanto do contexto actual, como de soluções futuras, através de dados concretos obtidos no terreno e vertidos em documentos e de opiniões e convicções de autores versados na matéria (ou mesmo com responsabilidades objectivas), expostas em literatura relevante para a problemática abordada. Assim, recorreu-se ao exame de livros, teses e provas finais de licenciatura ou de mestrado sobre o tema, mais especificamente sobre as palavras-chave que orientam o projecto.

A pesquisa de campo foi essencial na formulação do projecto, uma vez que possibilitou a recolha de informações, através de contacto objectivo com a unidade habitacional – o Prédio de Rendimento –, com os seus habitantes e com várias residências universitárias da cidade do Porto, tais como: José Novais Barbosa, Alberto Amaral e de Paranhos. Depois de identificar as suas necessidades, do ponto de vista da mobilidade e da acessibilidade, e após ser evidenciado o modo de habitar dos estudantes, mais facilmente se partiu para a resolução do problema. Assim se avaliou se os conceitos e pré-definições iniciais se adequavam à realidade concreta. A experimentação ao vivo foi determinante no desenvolvimento e na conclusão da proposta de trabalho e apenas desta forma será possível reabilitar o caso concreto (Prédio de Rendimento) e estender o resultado ao pano de fundo (Baixa Portuense).

As técnicas de investigação acima expostas serviram de base à criação de soluções ajustadas às circunstâncias factuais, devidamente fundamentadas e justificadas no plano teórico e técnico, como é exigível num projecto académico.

1.

Caracterização da malha urbana da Baixa Portuense

1.1 Evolução histórica

Até meados do século XVIII, a vida urbana portuense ficou quase confinada aos limites das Muralhas Fernandinas, estendendo-se ainda, ao longo das vias de ligação, aos pequenos núcleos das paróquias rurais e aos centros piscatórios da margem do Douro. A cidade foi-se sobrepovoando dentro das muralhas ao longo de três séculos e foi-se expandindo de acordo com as vias de comunicação, as portas da cidade e os postigos das muralhas. No entanto, a segunda metade do século trouxe novas transformações urbanísticas e arquitectónicas que alteraram profundamente o aspecto da cidade. Foram factores decisivos para o desencadeamento de uma nova fase: o crescimento rápido da população citadina; uma conjuntura económica favorável ligada à actividade mercantil - nomeadamente ao comércio e à exportação do vinho do Porto, como resultado da crescente importância da produção vinícola e da criação da Companhia da Agricultura do Alto Douro -; e, ainda, a nomeação de João de Almada e Melo como comandante militar. Criada por iniciativa do Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei D. José I, em 1763, a Junta de Obras Públicas do Porto aplicou as medidas de excepção então em uso em Lisboa para reconstruir a cidade na sequência da devastação do Terramoto de 1755. João de Almada e Melo foi colocado à frente da Junta, financiada localmente pela imposição de um novo imposto lançado sobre o comércio do vinho - um real por cada quartilho (meio litro) de vinho. Deste modo, centralizou-se num único departamento todo o desenvolvimento urbanístico da cidade, que incluía membros da Câmara Municipal do Porto, apoiados por engenheiros militares e, mais tarde, por arquitectos encarregados dos trabalhos. A acção da Junta de Obras Públicas introduziu uma abordagem racional na concepção da cidade, defendendo aspectos como a luz, a higiene e a salubridade. Segundo estes novos conceitos urbanísticos, as construções deviam



Fig. 5 - Prédio de Rendimento - Rua de Alexandre Braga

obedecer a planos rigorosos em que se privilegiava o conjunto arquitectónico e não o edifício isolado. O traçado das novas ruas era acompanhado pelo desenho dos alçados a edificar. Estas áreas constituem, ainda hoje, paradigma de coerência e equilíbrio na relação entre a rua e o conjunto edificado. O plano urbanístico de João de Almada para a cidade do Porto - um dos primeiros planos de conjunto a aparecer na Europa - criou um novo e importante eixo citadino que partia da Praça da Ribeira, seguia pela Rua de São João e terminava no Campo de Santo Ovídio (actual Praça da República). O plano Almadino pretendia renovar a cidade antiga e ordenar o crescimento para fora da Cerca Fernandina que, sobretudo desde meados do século XVII, estava a realizar-se de uma forma espontânea e caótica. Visava ainda redefinir as principais vias de acesso tornando-as desafogadas. Da concretização deste plano resultaram novas praças, como a Praça de São Roque, a renovação da Praça da Ribeira, a abertura de ruas amplas com passeios, como a Rua de São João, e realinhamentos de fachadas e ruas antigas. Surgiram também novas preocupações com os espaços públicos, de que são exemplos as alamedas voltadas para o rio Douro, como as das Virtudes, das Fontainhas ou de Massarelos. A segunda metade do século XVIII foi também época de construção de grandes edifícios representativos da arquitectura neoclássica de influência inglesa, que se prolongaria ainda pelo século XIX, de entre os quais se destaca o Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação,

o Hospital de Santo António, o Edifício da antiga Real Academia da Marinha e do Comércio, hoje Reitoria da Universidade do Porto, o Edifício da Alfândega Nova, as Igrejas da Lapa e da Trindade e o Convento de Santo António da Cidade, hoje edifício da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Entretanto, desde finais do século XVIII, começou a demolir-se progressivamente a velha Muralha Fernandina, uma resposta da época à crescente expansão urbana.

A Junta das Obras Públicas operou uma autêntica revolução na cidade, sendo que à frente dos seus destinos estiveram João de Almada e Melo e o seu filho Francisco de Almada e Mendonça, laconicamente tratados por Almadãs. Em 1804, quando faleceu Francisco de Almada e Mendonça e a Junta das Obras Públicas foi finalmente extinta, a cidade do Porto era já outra, desencravada da medievalidade que a caracterizava, surgindo áreas de comércio, de saúde, de instrução, entre outras, que configuraram uma arquitectura mais homogénea. Centrando a análise no panorama residencial, foi durante os primeiros anos da Junta das Obras Públicas, em meados do século XVIII, que começaram a surgir edifícios multifamiliares de matriz palaciana, que proporcionaram à burguesia do Porto viver em construções que se assemelhavam, quer em escala, quer em composição, aos palácios Iluministas. Mesmo surgindo novas tipologias, o parcelamento dos terrenos e a formação dos lotes mantiveram-se, reflexo da tradição e das técnicas de construção que permaneceram imutáveis.



Fig. 6 - Ponte D. Luís I



Fig. 7 - Edifício das Quatro Estações - Rua das Carmelitas

No Porto,

(...) o parcelamento da propriedade, nesta época, revela a grande convicção da burguesia portuense, no edifício de habitação unifamiliar. Propriedades com extensas frentes sobre arruamentos existentes eram subdivididas em lotes de aproximadamente seis metros de frente. (...) Deve referir-se que, contemporaneamente, em Lisboa, a burguesia investia em tipologias distintas, como as dos prédios de habitação plurifamiliar, com quatro pisos e extensas frentes de lote, vulgarmente denominados prédios de rendimento. (Barata, 1999, p. 174).

Havia uma resistência à ideia de prédio de rendimento ou multifamiliar, supunha-se que era preferível fazer “uma pequena casa de cada vez, podendo vendê-la ou alugá-la de imediato” (Barata, 1999, pág. 174), do que investir nos referidos prédios, que implicavam um maior investimento inicial de capital e uma maior complexidade na gestão e administração do edifício. Desta forma, só mais tarde, por volta da segunda década do século XX, surgiram os primeiros exemplos de prédios de habitação multifamiliar ou prédios de rendimento, alguns deles criados pela mão do arquitecto Marques da Silva, como o prédio da rua de Alexandre Braga e a Edifício das Quatro Estações.

Para melhor se perceber o panorama arquitectónico da cidade do Porto e as opções tomadas no prédio da rua de Alexandre Braga é necessário compreender as primeiras tipologias habitacionais Portuenses – de uma ou de duas frentes – como descritas pelo professor arquitecto Francisco Barata.

A tipologia de uma frente, a mais antiga, abre directamente para a rua e ocupa a totalidade do lote, abdicando do logradouro. Possui entre dois a três pisos e a fachada é composta por duas a três aberturas por piso. O piso térreo é, geralmente, parte independente da casa, destinada a comércio, oficinas ou armazém. Os restantes pisos são a habitação propriamente dita, mas não existem compartimentos com funções distintas. “Não existe o conceito de sala de jantar, de sala de estar, de quarto de dormir, de sala de trabalho, etc. Come-se, dorme-se, executam-se trabalhos domésticos num mesmo aposento” (Barata, 1999, p. 126). Nesta tipologia a caixa de escadas localiza-se nas traseiras e transversalmente, quando existem mais de dois pisos. Também pode ocorrer a colocação da caixa de escadas lateral e de tiro entre o piso térreo e o primeiro andar. Na tipologia de duas frentes

os edifícios constituem a duplicação da tipologia anterior. Ou seja, se se repetisse a planta em espelho, tendo como charneira a caixa de escadas, obter-se-ia um edifício de duas frentes. A dimensão do lote duplica em profundidade, obtendo assim duas fachadas e a criação de um espaço de logradouro. Contudo, a alteração mais significativa passa-se ao nível do interior. Nesta tipologia dispõe-se agora de mais espaço e de mais compartimentos. A organização espacial revela uma maior preocupação com a relação entre espaço público e espaço privado, que se manifesta na progressão do piso térreo para os pisos superiores e na troca dos compartimentos mais privados para a parte de trás da casa. Acrescente-se que nesta tipologia não existem casas de banho.

Em suma, a habitação “pré-Almadas” pode ser sintetizada em duas tipologias que diferem no número de frentes, na localização das escadas, na profundidade do lote e na existência ou não de logradouro. A partir da intervenção dos Almadas, estas tipologias sofreram um aperfeiçoamento e apareceram outras tipologias que correspondem a períodos temporais - o período Iluminista e o período Liberal. As casas do período Iluminista são semelhantes à tipologia de duas frentes da época anterior - duas frentes, caixa de escadas central, entrada do piso térreo independente -, mas tem já uma maior preocupação no que respeita ao conforto e à salubridade. A caixa de escadas passa a dispor de uma clarabóia devido à profundidade das construções, o que permitiu a criação de quartos interiores, com a aplicação de janelas que abrem sobre a caixa de escadas.

A habitação Liberal, no que respeita à implantação, é semelhante à tipologia anterior, com uma frente para a rua, havendo, contudo, algumas excepções: os chamados palacetes, que podiam ter quatro frentes. A influência inglesa da época leva a um interesse pela temática do jardim. O logradouro passa a ter um papel ainda mais importante e a possuir vários temas, desde a simples horta até um pequeno lago. A relação com a via assemelha-se à da tipologia Iluminista. É na organização interna e nos usos que se notam as maiores transformações. Surge pela primeira vez a cave elevada, que possui aberturas para o exterior e onde estão instaladas as zonas de serviço e armazenamento da casa. Todavia, esta inovação condiciona potenciais usos mistos. Deixa de existir um piso térreo de cota com a rua, o que significa um corte radical com a tipologia Almadina.

Quer na tipologia Iluminista, quer na tipologia Liberal as caixas de escadas constituem a base de funcionamento das habitações. Trabalhavam em dois lanços, sendo centrais ou transversais conforme a profundidade da construção. Eram espaços de pé direito duplo ou triplo, conforme o número de pisos, encimados por uma clarabóia, que faziam a comunicação vertical de toda a casa. A escada para a cave era isolada, mesmo estando situada debaixo da escada principal. Os pisos eram organizados em simetria com a caixa de escadas e a cozinha e o quarto de banho situavam-se nas traseiras, esta última instalada na varanda. Estas casas marcam o início da hierarquização funcional e social dos compartimentos.

No século XIX, os índices de população no Porto aumentavam e as zonas de habitação ficavam cada vez mais saturadas, pelo que a cidade crescia na vertical, numa arquitectura anónima de acrescentos e preenchimento de vazios urbanos. A implantação de indústrias na malha urbana provocou a ultrapassagem da tipologia unifamiliar, sendo que os quarteirões ganhavam maior densidade à medida que o número de ilhas aumentava. Mais tarde, observou-se outro fenómeno com a introdução dos caminhos-de-ferro: as pessoas podiam trabalhar na cidade, mas viver na periferia, o que abrandou o ritmo da construção. Só na primeira metade do século XX começaram a surgir edifícios designados de raiz como sendo multifamiliares, mas que respeitavam ainda as características cadastrais e tipológicas dos modelos preexistentes. Tratavam-se, como é o caso do Prédio de Rendimento, de edifícios de uso misto, com o rés-do-chão destinado ao comércio ou a garagens, e com um número de pisos de habitação que variavam entre os três e os cinco. Inseriam-se nos antigos cadastros com frentes que oscilavam entre os seis e os nove metros e que duplicavam o número de frentes nas versões “esquerdo” e “direito”. Estes casos, para além de introduzirem a garagem, acrescentavam programas nos logradouros, que eram então encarados como espaços lúdicos.

O prédio da rua de Alexandre Braga surgiu numa época – segunda década do século XX - em que o país recuperava economicamente, depois do flagelo da 1ª Guerra Mundial: as exportações, principalmente de Vinho do Porto, aumentavam bastante, havia mais trabalho e, conseqüentemente, mais liquidez, o que conduziu à expansão das cidades. A título de exemplo, naquela altura, cerca de um quinto da população nacional estava

distribuído entre o Porto e Lisboa. Neste sentido, a opção por aquele tipo de edifício, designado prédio de rendimento, tornou-se natural, pois, como o próprio nome indica, era uma fonte de rendimento que permitia concentrar num mesmo imóvel vários usos e actividades, particulares ou comerciais.

O edifício da rua de Alexandre Braga, especialmente, aproxima-se do período Iluminista, no que toca aos usos e à relação com a rua, apesar de se tratar de um edifício de 1928. No mesmo edifício reúnem-se dois usos autónomos, facto apenas possível por não se aplicar o sistema de cave elevada. No interior, as casas de banho e as cozinhas situam-se nas traseiras. Apesar das semelhanças espaciais com a casa Iluminista, este edifício enquadra-se na habitação multifamiliar.

Não se estranha portanto que

(...) ao longo dos anos vinte os esquemas oitocentistas vão lentamente dando lugar a uma expressão plástica nova, tendencialmente geometrizada, baseada construtivamente na combinação do ferro com o cimento. Esta arquitectura do betão armado, com todas as suas possibilidades de articulação volumétrica que o novo material permite, vai revolucionar a tradição oitocentista do ordenamento superficial da fachada e contribuir para a definição da arquitectura do século XX, a arquitectura Moderna. (Tostões, , p. 517).

Usa-se então a estrutura de betão armado como forma arquitectónica e, pelo menos efemeramente, as possibilidades tecnológicas são assumidas como facto cultural. Os volumes anunciam uma arquitectura corajosamente depurada, filiada numa linguagem funcionalista, que, porém, revela na organização do espaço uma atitude mental clássica, que denota a transição de pensamentos e concepções espaciais. Mais tarde, a linguagem formal vai acompanhar a vanguarda da componente estrutural, o que resulta não só numa nova imagem, mas também no aparecimento de novas tipologias de edifícios.

1.2 A importância de Marques da Silva na mudança de paradigmas

Dizer que José Marques da Silva foi o arquitecto que moldou a fisionomia do Porto no início do século XX significa que, para compreender a sua figura, devemos procurar identificar não apenas a sua obra construída mas também o peso dos seus argumentos e ideias na cultura da cidade.

José Marques da Silva nasceu na freguesia de São Veríssimo de Paranhos, na cidade do Porto, em 1869. Fez a instrução primária no liceu da Ordem da Trindade, mas a sua infância sempre oscilou entre a escola e a oficina de marmorista do pai, Bernardo Marques da Silva. Estas experiências proporcionaram-lhe a aptidão manual e os valores de trabalho que o prepararam tanto para a entrada na Academia Portuense, como para a vida. Desde muito jovem que demonstrou a vontade de ser arquitecto e, por isso, foi sem surpresa que, em 1882, se matriculou na Academia Portuense de Belas Artes, no curso de Arquitectura Civil. O seu percurso pela Academia foi regular, era um aluno médio, mas que se distinguiu na área do desenho (prova disso são as suas prestações no concurso Soares dos Reis, um evento que tinha lugar todos os anos na instituição e que distinguiu os melhores alunos). Em 1888, Marques da Silva concluiu os seus estudos na Academia Portuense e, no mesmo ano, realizou provas de concurso para obtenção de uma bolsa de estudo do Governo de Paris. Relegado para segundo lugar, foi graças à ajuda financeira do pai que lhe foi possível prosseguir os estudos.

Chegou a Paris em 1889 e instalou-se numa pequena comunidade de artistas. No ano seguinte, foi admitido na École des Beaux-Arts e deu sequência aos seus estudos no atelier de Victor Laloux (1850-1937), com quem trabalhou e recebeu lições. A aprendizagem da arquitectura, naquela altura, acontecia fundamentalmente fora da escola, em ambiente de trabalho:



Fig. 8 - Arquitecto Marques da Silva

(...) a estrutura do atelier era do tipo patriarcal, com a presença viril e a força tranquila do “Patron”, então na casa dos 40, o “Père” Laloux, e os alunos, hierarquizados em “nouveaux” e “anciens”, a modo das fraternidades, com ritos de passagem em espírito de atelier, e ao ritmo Beaux-Arts, aprendendo fazendo. (Cardoso, 1997, p. 45).

A École des Beaux-Arts realizava anualmente provas para a obtenção do diploma de arquitectura. Além das condições normais para se ser admitido nas provas, cada candidato deveria apresentar um certificado que demonstrasse que seguira, durante pelo menos um ano, “trabalhos de construção quer sob a direcção de um engenheiro do Estado, quer de um arquitecto do Governo, de uma Administração Pública ou privada, ou então a confirmação de que dirigiu pessoalmente trabalhos” (Cardoso, ANO, p. 71). Marques da Silva, sob a orientação do prestigiado arquitecto Louis-Marie Cordonnier, inscreveu-se no concurso com um projecto de uma gare central para a cidade do Porto, que se situaria no centro da cidade, estabelecendo ligações às ramificações ferroviárias das províncias do Douro e do Minho. O projecto granjeou reconhecimento e, em 1896, Marques da Silva obteve o diploma de arquitecto pelo Governo Francês.

De regresso a Portugal, a sua primeira obra de grande significado urbano foi a Estação de São Bento (1896-1916), no Porto, concretizando o projecto que concebera em Paris. Ela assinala de um modo monumental a reconfiguração urbana despoletada pela chegada do caminho-de-ferro ao centro da cidade. Não só se estava a reinventar o papel regional do Porto como um centro de serviços que exigia um novo aparato simbólico, como também a própria orgânica funcional do centro, definitivamente deslocado da cota baixa, na Ribeira, para a cota alta, na praça da Liberdade. Na sequência natural da Estação, a Avenida dos Aliados foi o projecto urbano que consolidou essas dinâmicas e, como arquitecto municipal, Marques da Silva geriu os interesses do plano e coordenou a implementação dos projectos que a configuraram, para além de ter desenhado alguns dos seus edifícios.

Em consonância com a função determinante na reinvenção do Porto, Marques da Silva

construiu várias obras no centro da cidade, como o Edifício das Quatro Estações (1905), o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular (1909), os antigos Armazéns Nascimento (1914), o Teatro Nacional de São João (1910-1920), os Liceus Alexandre Herculano (1914-1930) e Rodrigues de Freitas (1919-1933) e várias casas de habitação unifamiliares, que consolidaram no Porto o seu prestígio como arquitecto. Também em Guimarães construiu obras de grande significado urbano, como a Sociedade Martins Sarmento (1903-1908), o Mercado Municipal (1927-1947) e o Santuário da Penha (1930-1947), ao passo que em Braga projectou o Edifício das Obras Públicas (1905). Entre as suas principais obras contam-se também a Casa e os Jardins de Serralves, no Porto, (1925-1943) onde, em sintonia com o seu cliente, conciliou as contribuições de prestigiados arquitectos franceses numa obra com qualidades singulares.

A sua obra funda-se, naturalmente, na aprendizagem da arquitectura académica, primeiro no Porto na Academia de Belas Artes (1882-1889) e depois em Paris na École des Beaux-Arts (1889-1896). A arquitectura das Beaux-Arts, consolidada ao longo de todo o século XIX, associou aos valores da tradição clássica as componentes da razão, promovendo esquemas de composição funcional, mais adaptados às mecânicas da vida moderna, guarnecidos com um aparato formal capaz de atribuir um carácter forte aos edifícios, garantindo a presença decorativa. Visível sobretudo em edifícios monumentais, o expoente máximo é a Ópera de Paris (1860-1875) de Charles Garnier (1825-1898).

Na viragem do século, quando Marques da Silva regressou ao Porto para iniciar a sua prática profissional, o programa internacionalmente divulgado das Beaux-Arts enfrentava desafios complexos. A principal desadequação dessa prática resultava dos processos construtivos que exigia, pouco adequados aos novos sistemas de produção industrial que então estavam em expansão. Contudo, os ataques mais ferozes a que estava sujeita vinham do desajuste da sua expressão formal perante os desejos simbólicos de uma sociedade em transformação. Pode dizer-se que teve lugar um verdadeiro combate, entre os defensores da depuração formal eventualmente resultante das novas técnicas construtivas, aqueles que defendiam a manifestação simbólica de convicções políticas e, também, quem defendia o ecletismo, a versatilidade e a especificidade reclamadas por cada

cliente. Nesse contexto de indefinição e antagonismos, Marques da Silva soube manter uma integridade disciplinar muito estável. Sem nunca trair a sua filiação Beaux-Arts, foi acertando a sua prática para corresponder às aspirações da sociedade.

Marques da Silva foi o mais notável arquitecto do seu tempo. Considerado académico de mérito na Academia Real das Belas Artes de Lisboa, recebeu várias condecorações internacionais, nomeadamente a medalha de prata da Exposição Universal de Paris de 1900, o Grau Oficial da Ordem de São Tiago, em 1907, e a medalha de ouro da Exposição do Rio de Janeiro de 1908. Foi professor de Arquitectura na Academia Portuense de Belas Artes e, em 1913, foi nomeado director da Escola de Belas Artes, tendo instalado definitivamente esta instituição no palacete junto ao Jardim de São Lázaro. No desempenho das suas funções exerceu um contributo relevante nas reformas do ensino artístico em Portugal. O sentido de compromisso foi o motor da sua prática pedagógica, empenhando-se em transmitir processos metodológicos estáveis capazes de reagir às múltiplas solicitações da prática profissional (instituiu o desenho como instrumento central da prática do projecto). Esta abordagem garantiu-lhe a estima de várias gerações de arquitectos modernos que, partindo da base académica sedimentada pelo mestre, souberam reinventar a prática da arquitectura portuense. Acrescente-se que, em 1939, Marques da Silva reformou-se da actividade docente, já em idade avançada, tendo vindo a falecer em 6 de Junho de 1947, com 78 anos de idade, não sem antes ver, três anos antes, o epílogo da construção da Casa de Serralves, uma das suas obras-primas.

No que diz respeito à composição arquitectónica dos edifícios, Marques da Silva foi apologista do uso, no território portuense, de lucarnas, pela elevação do telhado em fachada principal, ao invés de clarabóias. Era adepto de dévantures e marquises e era sensível à utilização de pilastras, valorizadas com cornijas trabalhadas em função da importância e hierarquia das ruas. Respeitava as cérceas e a relação com a rua, revelou-se receptivo às construções com elementos salientes como bow windows e aceitava a mansarda na reformulação dos telhados, incorporando-a nos seus projectos como elementos de raiz. O ano de 1925 assinalou grandes mudanças de linguagem em toda a obra de Marques da Silva. A visita do arquitecto à Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais de Paris permitiu o primeiro

contacto com o Movimento Modernista, principalmente através das obras de Le Corbusier e Perret. O conhecimento de novas ideologias, conceitos e metodologias provocou em Marques da Silva um desejo de mudança lexical dos seus projectos e uma vontade de simplificação e de geometrização das formas. A Casa de Serralves, o Prédio de Rendimento, o Liceu Rodrigues de Freitas, entre outras, foram algumas das suas obras que passaram por um redesenho que as aproximou da linguagem modernista.

Importa realçar que o edifício da rua de Alexandre Braga, o Prédio de Rendimento, é o marco histórico da actualização do gesto criativo de Marques da Silva, que se revelou pioneiro a introduzir princípios modernistas em Portugal, utilizando novas matérias - o já aludido betão - e desenhando formas mais geométricas.

O Prédio de Rendimento, projectado no ano de 1923, só começou a ser construído em 1925, já com alterações formais e espaciais aditadas ao projecto inicial, sendo que a obra ficou terminada em 1928. Trata-se de um edifício que o arquitecto construiu para rendimento próprio e que, desde o início do projecto, passou por três soluções formais distintas, apesar de se manter o programa genérico.

No que diz respeito à fachada, o primeiro projecto era bastante tradicionalista, com um desenho que espelhava a clara influência das Beaux -Arts francesas na formação do arquitecto. Analisando o seu desenho, apercebemo-nos do cuidado do arquitecto no enquadramento do edifício quer no conjunto do quarteirão, quer no contexto histórico e urbano da cidade.

A transformação formal a que o edifício foi sujeito adveio da referida visita de Marques da Silva à Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais em Paris. O confronto com as obras de Perret e o “L’Esprit Nouveau” de Le Corbusier

provocaram em Marques da Silva um sentimento que conduziria a uma mudança do léxico plástico e estético. O edifício da rua de Alexandre Braga foi o primeiro a ser redesenhado segundo o estilo internacional, mas sem perder completamente as raízes das Beaux-Arts. A alteração passou pela reformulação das fachadas, agora mais minimais, com inovações tecnológicas e, pela primeira vez, com betão à vista, assumindo-o como material de acabamento e constituinte de fachada principal.

O terceiro e último projecto resultou de um parecer negativo da Inspeção-Geral de Saúde quanto à caixa de luz a sul, que iluminava os lavatórios junto às salas de jantar. Assim, toda a zona tardoz foi reformulada e adquiriu a espacialidade actual. O projecto definitivo corresponde a um edifício de uso misto que articula três programas distintos: habitação, comércio e escritórios.

Perante o exposto, é lícito afirmar que, nas suas múltiplas frentes de actuação, Marques da Silva deixou um legado duradouro na cultura arquitectónica portuense, na paisagem da cidade, na cultura de projecto dos arquitectos, nas práticas de ensino, numa certa forma de fazer e pensar a arquitectura, que se foi consolidando no Porto ao longo do século XX, mudando os paradigmas.



Fig. 9 - Grandes Armazéns Nascimento - Porto



Fig. 10 - Casa de Serralves - Porto



Fig. 11 - Escola Secundária
Alexandre Herculano - Porto



Fig. 12 - Escola Secundária
Rodrigues de Freitas - Porto

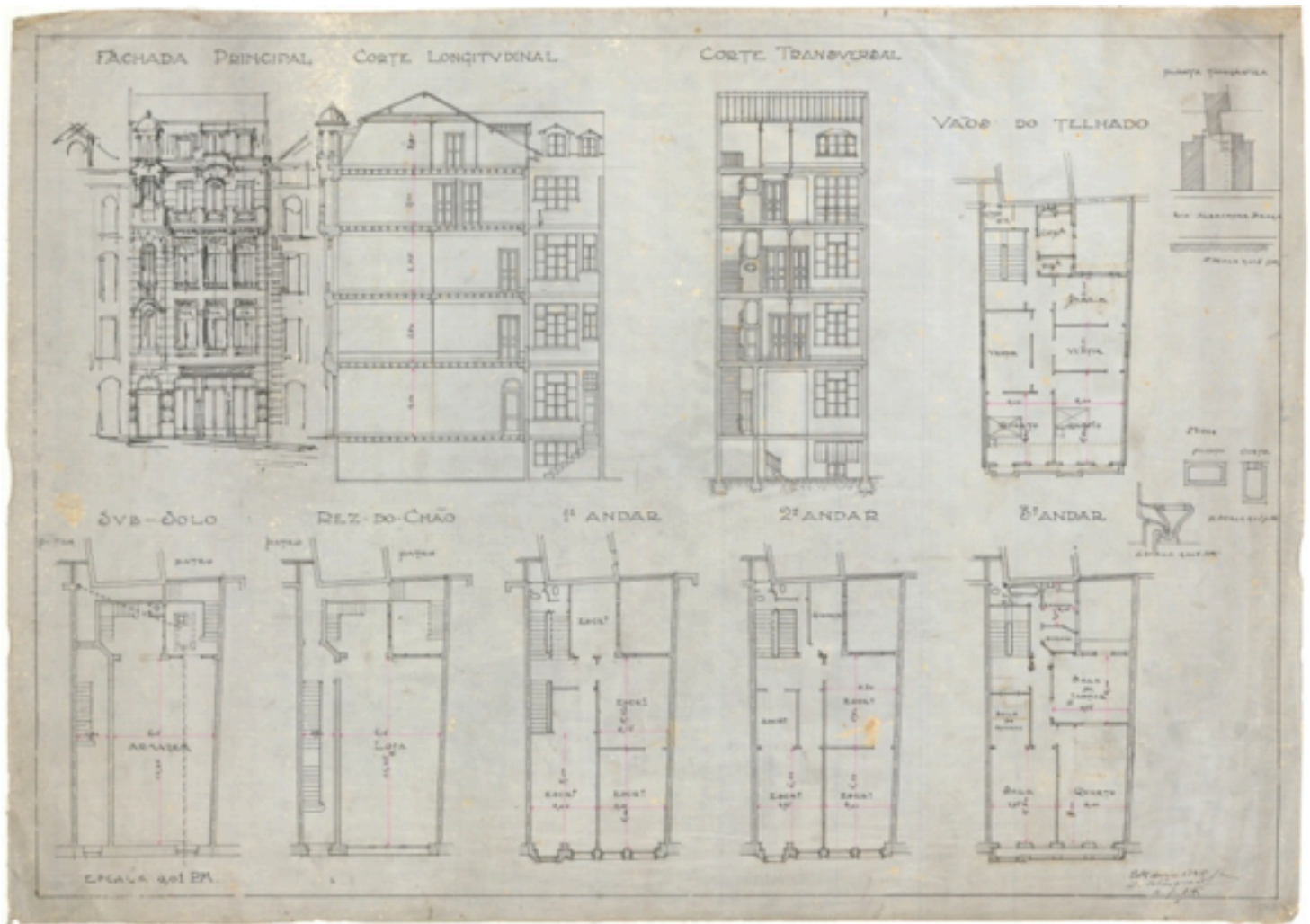


Fig. 13 - Prédio de Rendimento - desenho técnico

1.3 O advento do século XXI: do Porto 2001 à actualidade

A área identificada como Baixa do Porto corresponde essencialmente ao espaço que resultou da expansão da urbe medieval, que se iniciou no final do século XVIII. A supracitada época Almadina ficou marcada por um conjunto de transformações conformadoras de uma imagem ainda hoje característica de uma parte da cidade. Nos séculos seguintes, o papel da Baixa instituiu-se e consolidou-se como centro direccional, assumindo especial relevo, nesse particular, a edificação da Avenida dos Aliados, segundo as directrizes de Barry Parker e Marques da Silva, e os planos urbanísticos que se elaboraram para a cidade ao longo do século XX.

A Baixa Portuense é a zona comercial e cívica por excelência da cidade, é a área mais densamente povoada por espaços, edifícios e conjuntos de carácter monumental e é a sede de algumas das mais representativas e simbólicas instituições do Porto. A sua importância dificilmente é perceptível ou definível por palavras, na medida em que, mais do que um espaço geográfico central e concorrido, a Baixa, carinhosa e laconicamente assim designada, faz parte de uma idiosincrasia regional, de um estado de espírito singular, que ultrapassa a física da arquitectura e do urbanismo, e que se consubstancia na “alma” da cidade. Neste sentido, foi sem surpresa que, em Dezembro de 1996, a UNESCO classificou o Centro Histórico do Porto como Património Cultural da Humanidade, tendo em consideração a riqueza histórica que encerra, o elevado valor estético que evidencia e o testemunho notável que representa do esforço colectivo de criação e consolidação, ao longo de séculos, de um tecido urbano único de inegável qualidade humana.

Nos termos da Câmara Municipal do Porto (CMP),



Fig. 14 - Avenida dos Aliados - Porto

(...) a riqueza e variedade de arquitectura civil do Centro Histórico traduzem os valores culturais de épocas sucessivas: romana, gótica, renascentista, barroca, neoclássica e moderna, ao mesmo tempo que se adaptaram perfeitamente à estrutura social e geográfica da cidade, estabelecendo assim uma relação estável e coerente com o ambiente urbano e natural. O dinamismo do tecido social e institucional da cidade é o garante da sua sobrevivência enquanto Centro Histórico vivo e activo. (Câmara Municipal do Porto (Eds.), 2000, p. 13).

Apesar de a Baixa Portuense ser constituída por uma estrutura urbana consolidada, cuja riqueza patrimonial é exemplar, e que acolhe uma intensa actividade comercial e de serviços, nas últimas décadas, os seus parâmetros socioeconómicos reflectiram tendências negativas. O património edificado apresenta sinais de envelhecimento generalizado – que acompanha o envelhecimento da população e a diminuição progressiva do número de residentes - e aquelas actividades, outrora florescentes e dominantes, têm perdido terreno face aos novos modelos de comércio que se fixaram em áreas periféricas da cidade, de que são exemplo evidente os grandes centros comerciais (Sarmiento & Cunha, 2000).

Não obstante a actuação válida do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo (CRUARB), entidade tutelada pela CMP, entre 1974 e 2003, que resultou na atribuição da referida distinção pela UNESCO, o facto é que o Centro Histórico, na viragem do século, na antecâmara do “Porto, Capital Europeia da Cultura 2001”, não satisfazia totalmente o conteúdo da mensagem emitida por Nuno Cardoso, ex-presidente da CMP, dois anos antes:

(...) a atribuição de tão prestigiado galardão (...) representou igualmente uma exigência renovada para que se intensifique o esforço de qualificação e revitalização do Centro Histórico de forma a promover o seu desenvolvimento sustentável em prol da melhoria do quadro de vida da população que aí reside e, conseqüentemente, do reforço da coesão social e territorial a nível da cidade do Porto. Esta tem sido, e continuará a ser, a preocupação central das intervenções realizadas – tornar o Centro Histórico um espaço digno onde, pela sua qualidade urbana, valha a pena viver. (Câmara Municipal do Porto (Eds.), 2000, p. 7)

Pelo contrário, preocupante era a estatística que se verificava na Baixa, em 2001: cerca de 73% dos imóveis necessitavam de reparações nas coberturas, 70% nas estruturas e 75% nas paredes e caixilharias exteriores. Os níveis de conforto e as condições de habitabilidade não se encontravam aceitáveis num número significativo de alojamentos, sendo os motivos de insuficiência, na sua maioria, a ausência de sanitários, de instalações de banho e de aquecimento (Matos, 2007).

A “Porto, Capital Europeia da Cultura 2001” ocorreu na sequência da eleição da cidade à organização da iniciativa da União Europeia que visa promover, social e culturalmente, uma cidade da Europa. Proposta a 7 de Abril de 1997, pelo então Presidente da Câmara Fernando Gomes, a cidade do Porto viria a ser confirmada como Capital Europeia da Cultura para o ano de 2001, em Maio de 1998. De acordo com o principal objectivo da iniciativa, a programação teve em conta distintas áreas artísticas e culturais como teatro, música, dança, artes plásticas, circo, animação de rua, literatura, entre tantas outras. A emblemática actividade, no que mais nos importa, foi ainda acompanhada por um forte investimento na recuperação e construção do espaço público da cidade. Desta operação destaca-se a recuperação do Jardim da Cordoaria, projectado pelo arquitecto Camilo Cortesão, da Praça da Batalha, projectada pelo arquitecto

Fernando Távora e da Praça de D. João I, projectada pelo arquitecto Alexandre Alves Costa, e as novas construções, como o Edifício Transparente, localizado na frente marítima da cidade e projectado pelo Arq. Manuel Solà-Morales, e a Casa da Música, obra simbólica do evento, da autoria do arquitecto holandês Rem Koolhaas.

Apesar da atenção dispensada à edificação de grandes obras públicas e à renovação de espaços citadinos de maior amplitude, a verdade é que, salvo pontuais excepções, o parque habitacional foi relegado para segundo plano, se não em tese, pelo menos na prática. De facto, naquela altura, eram objectivos do Projecto Habitação: preservar e conservar o parque edificado, rejuvenescer a população residente na Baixa, atrair população residente de diferentes estratos sociais e capacidades de rendimento, diminuir os níveis de insegurança e desertificação nocturna. Afirmava-se que ao serem atingidos estes propósitos estar-se-ia a contribuir para a valorização do património edificado, com reais implicações na revitalização do tecido económico, na animação cultural e na vivência e imagem urbana de toda a Baixa. O tempo demonstrou que o desiderato não foi alcançado e que a Porto 2001, não desmerecendo os seus méritos, que foram bastantes, neste particular não foi suficientemente longe (talvez porque não era o seu fito fundamental), não solucionando a problemática social e urbanística do centro da cidade.

Com esse objectivo surgiu a Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense -, empresa de capitais públicos do Estado, no âmbito do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), e da Câmara Municipal do Porto, que tem como missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense, à luz do Decreto-Lei 104/2004, de 7 de Maio. Cabe-lhe o papel de elaborar a estratégia de intervenção e actuar como mediadora entre proprietários e investidores, entre proprietários e arrendatários e, em caso de necessidade, tomar a seu cargo a operação de reabilitação, com os meios legais que lhe foram conferidos.

Depois da realização de diversos estudos sobre a caracterização do edificado, da população e do tecido económico da Baixa Portuense e do seu Centro Histórico, a Porto Vivo definiu cinco grandes objectivos a pôr em acção: a “re-habitação”; o desenvolvimento e promoção do negócio; a revitalização do comércio; a dinamização do turismo, da cultura e do lazer; e, por fim, a qualificação do domínio público. O conhecimento da realidade existente e a definição de públicos-alvo permitiu ainda à Porto Vivo descortinar que a população – instalada e a instalar – necessitava de equipamentos e serviços, públicos e privados, que dessem resposta às necessidades do agregado familiar. Assim, entendeu-se que a manutenção e a captação de população, sobretudo jovem, passam por uma visão de conjunto, que se desdobra nas seguintes medidas: desenvolvimento de mecanismos de apoio à primeira infância; promoção da qualidade ambiental e física das estruturas escolares do 1º e do 2º ciclo; iniciativa continuada e qualificada de actividades culturais; melhoria dos espaços públicos verdes e de lazer - mediante o estabelecimento de serviços de manutenção do ambiente urbano -; criação de condições de estacionamento para residentes; e, por último, dinamização de comércio de proximidade diversificado. Desta forma, achava-se assegurado o conjunto necessário de suporte à habitação, o que permitiria a atracção do público-alvo, ou seja, jovens licenciados e casais em início de vida familiar, com apetência para se (re)instalar no centro da cidade.

“O abandono é o maior risco presente no Centro Histórico do Porto” (Porto Vivo SRU & Câmara Municipal do Porto, 2008a, p. 124). Este fenómeno é extenso, prolongado e envolvido por circunstâncias que provocaram efeitos perniciosos, particularmente o congelamento

de rendas durante décadas e o consequente empobrecimento dos proprietários, que foram perdendo a capacidade de proceder de forma regular à manutenção dos imóveis.

Edifícios habitados, desabitados ou apenas parcialmente ocupados, todos deixados, durante vários anos, à sua sorte, acabaram por se transformar em ruínas de que se aproveitam apenas parte das paredes de cantaria ou de boa alvenaria de granito. Os proprietários, ou não têm capacidade de investimento, ou não têm boas perspectivas de retorno do investimento, pelo que acabam por encerrá-los e abandoná-los.

A desregulamentação do mercado imobiliário, a diminuição do mercado de arrendamento e a oferta da habitação a preços competitivos nas áreas urbanas da periferia são alguns dos factores responsáveis pela actual situação da Baixa. Enquanto a oferta habitacional (pública e privada) se intensificou nos espaços periféricos, a degradação do parque edificado e a diminuição da segurança e qualidade de vida no centro da cidade foi-se acentuando. Por outro lado, a diminuição do tamanho das famílias e o aumento do número de pessoas que residem sozinhas suscitam novas necessidades que sublinham a desadequação do parque de alojamento existente.

É um facto indesmentível que o centro histórico da cidade do Porto se encontra, de há alguns anos para cá, a perder população e serviços a um ritmo elevado, em resultado de profundas alterações económicas e acima de tudo culturais, da actual sociedade do século XXI. A inadaptação dos modelos antigos de habitação aos novos modelos de vida, bem como às novas exigências contemporâneas de conforto e à sua importância no desenvolvimento do projecto da habitação, levaram ao abandono e consequente degradação de grande parte do edificado corrente portuense, situação que constitui uma preocupação social e global da cidade. Não obstante, o centro histórico portuense preserva um carácter arquitectónico de valor inestimável, conjugando a presença de edifícios notáveis e monumentais com um conjunto expressivo de edificado corrente, mediante uma linguagem coerente e unificadora. A estrutura da cidade antiga, contudo, não é suficiente para responder aos problemas contemporâneos de acessibilidade. As ruas estreitas não permitem a criação de zonas de estacionamento e a largura do lote dificulta, na maioria dos casos, a obtenção de habitações condizentes com as necessidades familiares actuais. Do ponto de vista urbanístico, somam-se problemas: falta de estacionamento nos prédios, estrutura viária exígua, muito obstruída e utilizada de forma pouco racional, elevado nível de poluição atmosférica, rede de saneamento desajustada, insuficiência de rede de gás natural, escassez de equipamento sociais, limpeza de ruas insatisfatória, logradouros e espaços verdes inexistentes ou poluídos e adulterados, ruas mal iluminadas e ventiladas, entre outros.

A nível sociodemográfico, a população residente é bastante envelhecida, a sua renovação é quase inexistente e de extrema dificuldade, os níveis de escolaridade e de qualificação profissional são baixos e o desemprego é elevado. De facto, a população residente da Baixa Portuense decresceu 12%, entre 1991 e 1996, depois de já ter diminuído 14,5% na década de oitenta. Isto significa que em 1981 residiam nesta área mais de cem mil pessoas e que no ano 2000 o número de habitantes já não chegava a oitenta mil. A concentração de populações idosas no centro histórico do Porto não pode deixar de estar associada, como causa e efeito, à sua degradação física, desvitalização e estigmatização social. O envelhecimento da população, o aumento constante do número de pessoas a viverem sozinhas e a diminuição do número de pessoas por família exerceram uma forte influência nas tipologias de alojamento



Fig. 15 - Edifícios habitacionais - Rua de Mouzinho da Silveira

procuradas e nos níveis de subocupação habitacional, sendo comuns situações em que os edifícios ou fracções se encontram devolutos (Sarmiento & Cunha, 2000).

Na Baixa do Porto existe um predomínio da função residencial, no entanto, verifica-se uma diminuição da ocupação dos alojamentos, em virtude da atractividade exercida pelas periferias, da descentralização residencial dos activos do sector terciário, envolvendo diferentes estratos sociais, e da saída de jovens da Baixa. No que respeita ao parque habitacional vocacionado para a população estudantil, tem-se assistido à construção de recentes instalações na periferia da cidade, enquanto os espaços centrais aguardam novas utilizações e novos programas. A realocação das faculdades significou o abandono da residência estudantil na Baixa. Com efeito, as novas residências universitárias acompanharam as opções locativas dos estabelecimentos de ensino e é com naturalidade que os restantes estudantes optam por adquirir ou arrendar também nessas áreas. Com esta saída dos estudantes, a Baixa está a perder massa demográfica e vivência urbana, com reflexos negativos muito significativos a diversos níveis.

Importa, por fim, referir que do ponto de vista social são preocupações actuais: o ruído, os excessos da vida nocturna, os indigentes e arrumadores, o tráfico e consumo de drogas, os assaltos e furtos, numa única palavra, a marginalidade.

Perante o exposto, a requalificação da Baixa Portuense constitui um contributo determinante para a valorização da dinâmica metropolitana e, mais do que isso, trata-se de um imperativo de salvaguarda da herança urbana nacional e mundial. O edificado habitacional desta zona da cidade apresenta-se degradado e, em parte, abandonado, carecendo de uma intervenção de conservação e reabilitação. Assim, torna-se essencial atrair para a Baixa mais população, sobretudo jovem, activa e com maiores níveis de qualificação, para que aquela se revitalize e volte a ser um local agradável para habitar (Matos 2007).

Por outro lado, as obras de requalificação serão uma oportunidade para os portuenses olharem de novo para a sua cidade e descobrirem a verdadeira dimensão da sua beleza e valor patrimonial, tantas vezes maltratados. Mas o passo terá de ter a dimensão suficiente que torne o processo irreversível, de modo a que seja devolvida a dignidade que a Baixa merece e que volte a ser o principal espaço de referência e de vivência da cidade e da região. Os financiamentos públicos disponíveis, geridos e aplicados tal como o têm sido, não são suficientes para inverter os processos de abandono e despovoamento que acabaram por se instalar no centro da cidade. Face a isto, urge atrair a iniciativa privada e criar condições no mercado para que a revitalização seja “um bom negócio”.

Neste sentido, é forçoso incentivar os proprietários, tanto privados, como institucionais para a necessidade de uma gestão do seu património. A preservação do parque edificado, a conservação e a recuperação do uso residencial determinam o carácter reabilitador do projecto de habitação para a Baixa. Para que os centros históricos se transformem em centros “vivos” é necessário adequá-los às necessidades contemporâneas e criar uma oferta de espaços habitacionais que se adapte.

Genericamente, é imperioso que os investidores, os imobiliários, os construtores e os municípios invistam no centro da cidade, onde afinal, se concentram as áreas mais ricas e melhor servidas do edificado, e, correlativamente, é importante que os compradores, moradores, comerciantes, hoteleiros invistam na compra e arrendamento de habitações, escritórios, lojas, e outros edifícios. É a inexistência desta oferta e desta procura que gera a paralisia, a desvitalização e o abandono.

Em todo o caso, apesar das vicissitudes que ao longo dos últimos anos acozaram a evolução da Baixa, ela conserva o núcleo essencial das suas características e detém o potencial suficiente para ultrapassar a depauperação a que foi sujeita, desde que se redobrem os esforços na sua recuperação.



Fig. 16 - Hotel Intercontinental - Porto





Fig. 17 - Empreendimento rehabilitado em parceria com a Edifer - Praça de Carlos Alberto

2.

Reabilitação e Revitalização: rumo à Requalificação

2.1 Conservação do Património - a importância da reabilitação

Tradicionalmente, o conceito de património referia-se aos bens materiais transmitidos de pais para filhos, ou seja, à herança deixada à geração seguinte. Este legado tangível referia-se a uma propriedade privada cujo significado e desígnio apenas dizia respeito aos respectivos proprietários. Ao longo dos séculos, a noção de património foi-se alargando e começou a abranger não só testemunhos materiais, mas também imateriais (Carvalho, 2003) de uma cultura com interesse universal, em que a propriedade privada deixou lugar a uma pertença encarada de maneira cada vez mais colectiva (Durand, 2005). A noção de património evoluiu, portanto, conforme a necessidade dos povos em salvaguardar testemunhos representativos do passado.

A evolução ocorreu de tal maneira que, no último quarto do século XX, a concepção de património atingiu a sua amplitude máxima, abrangendo então um conjunto de bens culturais comuns a toda a Humanidade. O que outrora fora do âmbito estritamente pessoal e privado, passou a ser do domínio da sociedade internacional, atingindo o estatuto de património mundial, na medida em que

(...)entende-se por património mundial os bens culturais que constituem herança colectiva da Humanidade. A Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris entre 17 e 21.11.1972, estabeleceu a Convenção sobre a Protecção do Património Natural e Cultural do Mundo, e, através de uma comissão criada para o efeito, elaborou uma lista de sítios e monumentos (aumentada através de candidatura) que, pela sua riqueza natural ou artística, são património comum, abrangendo 721 lugares em 124 países (2001). A Convenção tem como objectivos assegurar a

preservação e conservação do património classificado comprometendo os Estados signatários a cuidar do próprio património, mas envolvendo a comunidade internacional nessa responsabilidade. Os critérios de selecção podem ser de natureza cultural ou natural. No primeiro caso é necessário que o monumento: a) Represente uma realização artística única, obra-prima de um génio criativo; b) ter exercido grande influência, durante largo período de tempo ou numa área cultural significativa, no desenvolvimento da tecnologia. (Franco, 1999, p. 384).

A ideia de património era largamente conhecida, de um modo genérico, há muitos anos, sempre relativa aos monumentos e edifícios classificados com esse título, pois era costume empregar esforços para a intervenção em construções singulares de elevado valor simbólico e/ou artístico; foi o tempo dos castelos e dos conventos, das igrejas e dos palácios, das pontes e das fortalezas (Appleton, 2006). Os espaços da cidade e de muito do edificado que, por si só, não apresentam valor, mas que numa lógica de conjunto representam uma mais-valia, só muito recentemente passaram a ser considerados património: “o espaço da cidade histórica considerado como património urbano é uma dilatação conceptual ainda muito recente, surgindo quatro séculos depois da invenção do conceito de património histórico, tratando-se, como esclareceu Françoise Choay, de um contributo específico da cultura europeia” (Aguiar, 2002, p. 81).

Neste sentido, tem-se que

(...) cada vez com mais clareza, esse património engloba, de forma marcante, não só os edifícios monumentais - palácios, igrejas, castelos, conventos - mas também os edifícios habitacionais, industriais e comerciais que, isoladamente ou, ainda mais em conjunto, ajudam a entender e a representar as formas como ao longo do tempo o homem se organizou, viveu e trabalhou, talvez até de forma mais marcante do que sucede com os monumentos individualizados que, por vezes, não são mais do que expressões individuais de eventos singulares na época. Estes edifícios, que se identificam em tantas cidades e vilas com os chamados centros históricos, são geralmente mal conhecidos, já que até há bem pouco tempo a atenção de investidores, arquitectos, engenheiros, historiadores e arqueólogos, entre outros, se dirigia essencialmente para os já referidos edifícios especiais e monumentos, cujas intervenções se consideram mais marcantes e mais vaidosas do ponto de vista curricular. (Appleton, 2003, p. 1-2).

Por outro lado, o património edificado é, por natureza, não renovável e não reproduzível. Cada objecto patrimonial pertence a um determinado ambiente geográfico, a uma cultura e sociedade específicas. As modificações nele introduzidas ao longo do tempo sedimentam novos testemunhos e novos valores, incorporando os conhecimentos, os hábitos e a experiência de vida dos seus criadores, ou dos seus utilizadores. Se um objecto destes é danificado, ou destruído, perde-se um recurso insubstituível (Aguiar, 2002).

O património, em vez de ser considerado obstáculo, como o entendia a urbanística moderna, pode ser considerado e usado como propulsor. Hoje, é genericamente reconhecida a importância cultural e económica da conservação do património arquitectónico, assim como da reabilitação do edificado nacional, vectores que permitem manter o contacto com a memória e a história urbanas. Os centros históricos e outras áreas consolidadas das cidades antigas representam pequenas percentagens da área urbana portuguesa, no entanto, é nestas zonas onde se encontram os valores e a poética da cidade tradicional. Com raras excepções, o estado geral dos edifícios nestas zonas é mau: degradação das fachadas e



Fig. 18 - Edifícios reabilitados - Rua Mouzinho da Silveira

coberturas, inadequação de infra-estruturas, deficientes condições de conforto e salubridade. Nalguns centros urbanos antigos há experiências bem sucedidas de reabilitação, embora raramente atinjam todo o edificado ou estejam ancoradas em projectos de sustentabilidade social e económica. Surgem angústias e hesitações que são transportadas para o nível do edifício como: vale a pena reabilitar? Qual a profundidade da intervenção a fazer? Como conjugar materiais e técnicas de construção de épocas diferentes? Como garantir condições de conforto e salubridade? Como cumprir as exigências das novas regulamentações? Como renovar as infra-estruturas? (Mendes da Silva, 2009).

A reabilitação de edifícios antigos tem vindo a adquirir importância crescente numa óptica que é simultaneamente relacionável com a necessidade de promover a preservação do património arquitectónico e com a crescente consciência de que se trata de uma actividade potencialmente interessante para projectistas e construtores. Em Portugal, apesar de se registar uma crescente preocupação e vontade de salvaguardar e preservar os núcleos históricos, esta é relativamente recente e as formas de actuar sobre o preexistente nem sempre são as mais reflectidas e cuidadas – “uma enorme percentagem de operações de reabilitação não é enquadrada por uma reflexão, diagnóstico ou projecto atento às especificidades de cada caso. Frequentemente os resultados são desastrosos” (Lopes, 2006, p. 1). Assim, tem-se assistido à perda ou à profunda degeneração de um dos aspectos mais importantes das cidades históricas - a sua identidade.

Considera-se genericamente que

(...) a reabilitação corresponde a um conjunto de medidas e acções para reabilitar uma pessoa, objecto ou situação, conduzindo-a a um novo estado de igual ou melhor qualidade, reputação ou estima, social ou pública, que a que tinha anteriormente, ou mesmo no início da sua existência. Sempre que a reabilitação introduza uma beneficiação, com aumento do nível de qualidade relativamente à situação anterior ao início da degradação, tal significa que a reabilitação foi completa e não se ficou por uma mera recuperação ou revalorização. A reabilitação implica uma melhoria ampla e consistente, ainda que parcial, e deve resultar de um conjunto de acções convergentes e complementares aplicadas numa extensão mínima sustentável. Finalmente, deve referir-se que a reabilitação urbana enquanto intervenção apenas física não tem viabilidade se não se combinar devidamente com a revitalização da vida social e das actividades económicas, mesmo nas áreas de maior valor patrimonial em que os bens em presença obrigam a aproximar a reabilitação urbana de um restauro urbano. A reabilitação urbana, eminentemente física, realizada conjuntamente com a revitalização funcional das actividades sociais, habitacionais e culturais, planeada e executada de forma sustentada, é habitualmente designada de “reabilitação integrada” e corresponde ao conjunto de operações de gestão urbana designado de requalificação urbana. (Cunha, 1999, p. 904-905).

O conceito de reabilitação implica o readaptar de tecido urbano degradado, salientando, sobretudo o seu carácter residencial, em que geralmente se realizam dois tipos de intervenção complementares: a do edificado - procurando melhorar a sua qualidade e conforto - e a da paisagem urbana - intervindo-se nas fachadas, nos espaços públicos contíguos ao residencial, nas infra-estruturas (Matos, 2007).

Assim,

(...) a reabilitação do património arquitectónico aplica-se na conservação do parque construído, classificado ou não. Terá uma aplicação mais comedido na conservação do parque classificado ou monumental uma vez que as exigências de autenticidade e de preservação, por razões históricas e estéticas, deste parque recomendam a aplicação quase exclusiva do restauro. Na conservação do património arquitectónico simplesmente inventariado, de edifícios cuja matéria e imagem devem ser preservadas, ou de conjuntos de edifícios cujo valor provém da unidade urbana a que pertencem, a reabilitação tem um papel fundamental. (Cunha, 1999, p. 904).

No processo de intervenção sobre o pré-edificado histórico deve ser sempre tido em conta o preexistente, pois cada espaço possui características próprias. A função do projectista “deve ser antes de mais valorizar o que existe, discretamente, com humildade e respeito, aceitando que o que se possa fazer agora não pode ser, nem será superior, ao que foi produzido em séculos de trabalho e acumulação” (Garcia Lamas, 2006, p. 33).

Por outro lado,

(...) reabilitar pressupõe, nos nossos dias, a aplicação e desenvolvimento de uma política de “conservação integrada”, ou seja: o abandono das anteriores estratégias de intervenção em áreas históricas da cidade que promoviam a conservação integral e “em formol” do existente, e a preferência por acções que promovam uma mais efectiva reutilização desse património edificado através da sua reabilitação física. (Carrita, Aguiar & Appleton, 1993, p. 27).

Na mesma linha de raciocínio se encontra estabelecido que

(...) a qualidade do projecto de reabilitação resulta da capacidade de se entenderem os valores em presença, a fim de que cada reabilitação assuma um perfil próprio que combine diversos critérios, desde os muito próximos da ética do restauro até aos de mais livre reabilitação por maior inovação na reutilização da preexistência e na utilização de novas formas e materiais, consoante as diferentes características específicas da preexistência sejam, respectivamente, de elevado ou reduzido valor histórico, artístico, cultural ou material. A reabilitação é uma medida de conservação do património construído através da qual é mais livre do que no restauro a satisfação de novas exigências regulamentares e a adopção de padrões de conforto e segurança mais modernos. (Cunha, 1999, p. 905).

Não obstante, com o passar do tempo surgem diferentes necessidades e expectativas. O projectista deve então procurar uma relação equilibrada e harmoniosa entre a preexistência e a nova intervenção (Gadanhó, 2008). Uma das maiores complexidades do processo de reabilitação será, então, garantir a continuidade dos valores culturais e a conservação material dos edifícios, de forma a não impedir o desenvolvimento num momento marcado por complexas e constantes mudanças (Aguiar, 1999).

Para se proceder à reabilitação e à

(...) actualização de construções antigas, compatibilizando-as com critérios mais modernos de conforto, segurança e desempenho, não há necessidade de se recorrer a intrusão de novos elementos estruturais nem de se abrir mão da utilização de materiais e sistemas construtivos tradicionais e próprios da Região. (Costa & Ripper, 2007, p. 5).



Fig. 19 - Empreendimento reabilitado - Rua Sá de Noronha

Podem, e deverão, contribuir para uma solução final responsável “a coerência, o equilíbrio e a compatibilidade dos novos materiais e soluções construtivas com o edifício existente” (Mendes da Silva, 2009, p.6). Felizmente, a habitação burguesa do Porto apresenta um elevado nível de adaptação ao contínuo uso, em parte, devido ao sistema estrutural e de compartimentação. Pelas características do lote (esguio e profundo), que possibilita uma estrutura horizontal relativamente simples, e pelas características singulares dos materiais que compõem a compartimentação, a casa, ou melhor, o interior pode ser reorganizado e regulado em conformidade com as novas necessidades.

Contudo, assiste-se actualmente a um grave problema relacionado com a degradação do edificado urbano, aquilo a que se pode chamar de degradação “por contágio”, que implica que a viabilidade da reabilitação pontual de um edifício é posta em causa se em seu redor os edifícios não passarem pelo mesmo processo a breve prazo. Neste contexto, o edifício reabilitado acabará por se degradar novamente por contágio da envolvente.

Numa perspectiva mais abrangente

(...) pode-se falar de reabilitação urbana, não só por se considerar a reabilitação de um conjunto ou de todos os edifícios de uma área urbana mas também do espaço público, enquanto património arquitectónico complementar relevante, por si e para a imagem e valor do conjunto. No espaço público e suas infra-estruturas participam de forma mais articulada, além das redes destas, as pavimentações, os equipamentos urbanos, as envolventes das edificações, os elementos verdes e a sinalética. (Cunha, 1999, p. 905).

A reabilitação urbana não se reduz exclusivamente à recuperação dos edifícios, assenta também na procura de soluções para a revitalização funcional do uso, acessibilidade e espaço público, uma intencionada procura em valorizar o conjunto que define a cidade. As intervenções em património edificado apresentam-se hoje como oportunidades para se recuperarem as diversas relações e tradições que se foram dissipando. Intervir em património consiste em aproximar realidades divorciadas entre si, proporcionar o relacionamento de modelos recentes com os valores da memória colectiva. Não é suficiente possuir belos e históricos espaços urbanos para atrair novas vidas e novos investimentos. Para que os centros históricos se transformem em centros “vivos” é necessário actualizá-los e adequá-los às necessidades hodiernas e criar uma oferta de espaços habitacionais que se adapte às

(...) novas estruturas familiares que procuram os centros históricos nas cidades contemporâneas - famílias pouco numerosas ou de base monoparental, casais do mesmo sexo, celibatários que partilham espaços ou que usam a sua habitação para trabalho (atelier, consultório, escritório) ou residentes temporários (turistas informais, imigrantes, e estudantes Erasmus) - cujos hábitos acabam por contaminar o espírito dos próprios bairros, o tipo de comércio, de restauração, de vida nocturna, de festa local. (Grande, 2009, p. 20-21).

Na maioria dos casos, o grande erro é não se entender que não existe uma cidade patrimonial sem os seus directos protagonistas, ou seja, os seus habitantes. E o que acontece é que os centros históricos se transformam em zonas de cenário, em “parques temáticos” artificiais, onde a exclusão social premeditada levará à falta de entendimento da população que habita “outras cidades” desligadas da cidade fundadora e que da cidade tradicional não sentirá falta, nem tão pouco admiração, por tender cada vez mais a não se identificar com ela (Mestre & Aleixo, 2007).

2.2 Revitalização como veículo de “regresso à baixa” - o papel das acessibilidades

Articulada com a reabilitação física do património, a revitalização social assume especial importância, implícita na própria definição:

(...) numa acepção geral significa dar de novo vida a um organismo ou situação, dar-lhe condições de recuperação de uma energia que lhe seja vital. No ambiente construído a revitalização aplica-se essencialmente às actividades e grupos sociais e não ao património físico. Contudo, é considerado que a revitalização social e socioeconómica é fundamental para o sucesso da reabilitação sustentada do património construído ou, mais particularmente, do urbano. A revitalização corresponde a um conjunto de medidas que englobam o rejuvenescimento demográfico, a inclusão social, a dinamização da participação social, a substituição de actividades em decadência por novas ou antigas actividades em ascensão económica ou com ascendente protagonismo social e cultural. A revitalização urbana deve assim combinar-se com a reabilitação urbana, a qual tem uma conotação essencialmente física, constituindo intervenções urbanas integradas designadas de requalificação urbana. A revitalização responde também as preocupações de sustentabilidade social que devem acompanhar o desenvolvimento urbano não expansivo. (Cabrita, 1999, p. 421).

Para além da reabilitação do edificado, urge revitalizar o comércio e os serviços e tentar ancorar novos projectos de âmbito social e cultural, incentivados pela evolução das condições de mobilidade e acessibilidade no centro da cidade. Percebe-se cada vez mais que apostar em estratégias criativas de cultura e lazer são a via para a promoção da cidade, face às rápidas mudanças sociais a que se assiste. Há que investir em eventos que impulsionem os espaços da cidade, que os coloquem nos roteiros, que os demarquem por via da elaboração de um quadro diversificado de acontecimentos. Estas

atualizações originam, na sua maioria, resultados muito positivos, desde a recuperação de tecido urbano, passando pela canalização de fluxos turísticos, até à evolução económica.

Decorre do exposto que é necessário entender a reabilitação num sentido mais amplificado, não só do ponto de vista material, mas também nos planos social e económico, explorando a potencialidade dos agentes regionais que poderão fornecer dinâmicas essenciais ao desenvolvimento da economia da Baixa Portuense. Apostar nas actividades culturais, no comércio tradicional e no turismo possibilitaria recuperar de algum modo a sua força, enquanto área central de inegável potencial económico e cultural. Centrando a análise nas acessibilidades, é do conhecimento geral que é difícil aliciar investidores e moradores para o centro da cidade sem a existência de estacionamento. Neste aspecto, sublinhe-se a primazia dada pela Porto Vivo à questão do estacionamento, seguindo uma lógica de implantação por quarteirão, relegando para um nível posterior o estudo das vias que definem a circulação no centro. Um conhecimento mais profundo do fluxo automóvel, da organização e disponibilização dos transportes públicos e dos percursos pedonais mais importantes confluirá em opções estratégicas consolidadas, válidas para a intervenção numa área central como a Baixa do Porto. Segundo Alexandre Burmester (2009), tendo em conta a problemática da sobrelotação automóvel, “não será muito difícil a execução de mais parques de estacionamento na Baixa, ou a reconversão de alguns quarteirões e introdução de estacionamento, mas a principal forma de resolver esta situação tem a ver com as mentalidades e com a cultura dos cidadãos” (JPN, 2009). Neste contexto, a aparição do Metro do Porto, em 2002, constituiu-se de extrema importância para mitigar o excesso de afluxo automóvel ao centro da cidade. De facto, a rede metropolitana modificou o quotidiano de muitos utilizadores de transportes públicos. Factores como tempos de espera mínimos, quase inexistência de atrasos (ou pouco significativos quando comparados com a restante oferta), comodidade, flexibilidade, rapidez e segurança influíram na opção por este tipo de transporte. Para além disso, o metro amplificou o real interesse pela aposta na intermodalidade dos transportes. Várias hipóteses se afiguraram aos utentes: por um lado, a opção pelo sistema park and ride, assumidamente uma forma de conter o acesso de automóveis ao centro, que consiste na disponibilização de parques de estacionamento próximos de estações metropolitanas fora do âmbito da cidade, promovendo a rápida articulação com o metro; por outro lado, conciliar outros meios de transporte, como os autocarros, os comboios e os eléctricos, em pontos estratégicos; e, por último, valer-se da circulação pedonal ou da utilização de bicicletas para pequenos trajectos. Desta forma, concebeu-se um sistema de transportes públicos, que permite aceder aos mais variados circuitos, de uma forma mais conexas, num verdadeiro sentido de rede intermodal. Trata-se aqui de mais um incentivo para o regresso à Baixa que reúne as valências dos diversos meios de transporte. A combinação de todas as soluções elencadas resultará na requalificação da Baixa Portuense que não é mais do que

(...) dar de novo as qualidades a uma pessoa, objecto ou situação, qualidades num sentido amplo de modo a torná-los aptos à sua participação positiva no desenvolvimento geral do contexto em que participam. No ambiente construído a requalificação implica um conjunto de qualidades a readquirir por esse ambiente tendo em vista o seu desenvolvimento, e particularmente o desenvolvimento urbano, de forma sustentada. Tal exige a revitalização dos tecidos social e activo integrada com a reabilitação urbana física. (Enciclopédia).



Fig. 20 - Metro do Porto



Fig. 21 - Comboios de Portugal



Fig. 22 - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto

3.

A metamorfose do Prédio de Rendimento

3.1 Residências Universitárias

A residência colectiva em sentido amplo é

(...) um tipo de residência distinta da familiar, uma nova forma comunitária, que pode existir paralelamente à familiar ou substituí-la num determinado período da vida humana. A duração da permanência neste tipo de residência vai desde o simples pernoitamento num albergue juvenil até largos anos que se podem passar num asilo para idosos. Não se incluem aqui os hospitais porque a permanência neles não é a sua função primordial; aquela fundamenta-se no tratamento. Daqui retiram-se consequências construtivas totalmente distintas. Também os hotéis diferem, pois o critério que determina a qualidade de um hotel é garantir o anonimato dos hóspedes, que supõe precisamente o contrário de uma colectividade. O denominador comum de todos os tipos de residência aqui propostos é assegurar ao indivíduo um ambiente privado que inclua, pelo menos parcialmente, a comodidade do lar no sistema comunitário. (Peters, 1973, p. 7, tradução livre).

Na segunda metade do século XIII, apareceram os primeiros colégios de Oxford e de Cambridge que, apesar de terem sido construídos seguindo modelos semelhantes aos existentes nas Universidades de Paris e de Bolonha, rapidamente desenvolveram formas próprias de configuração arquitectónica e de organização.

Enquanto as “casas-colégio” da Universidade de Paris funcionavam como simples residências e, em certos momentos, como apoio a estudantes necessitados, os colégios ingleses converteram-se em centros de educação intelectual e social, nos quais se vivia, se ensinava e se aprendia em simultâneo.

Estes colégios eram estruturas autónomas e independentes da universidade e tinham a sua própria comissão instrutora no quadro de um ensino básico. A autonomia manifestava-se, igualmente, na conformação arquitectónica, uma vez que cada colégio, comparável em princípio a um convento, dispunha de todos os edifícios e espaços necessários para a vida e formação de estudantes, assim como para trabalho e investigação científica (Peters, 1973). É importante reconhecer que o modelo tradicional de colégio persistiu até à primeira metade do século passado. Contudo, as transformações da estrutura social, como a inclusão da mulher na vida académica, nos meados do século XIX, o aumento significativo da população e os avanços tecnológicos, industriais e construtivos, colocaram às universidades novos

problemas académicos e comunitários.

Os colégios tornaram-se indispensáveis na integração dos estudantes na universidade e criaram modelos globais de organização, que embora reinterpretados, persistem actualmente: as zonas comuns - de convívio, de estudo, de refeições e de bibliotecas, facilitando a interacção entre estudantes, promovendo a socialização; e as zonas privadas - os quartos.

Actualmente não se pode reduzir o estudante a um indivíduo académico genérico e estereotipado nos seus desejos, aspirações e necessidades, tal como se fazia antigamente. O estudante é um ser polivalente, jovem, normalmente solteiro, adaptável, social e com poucos rendimentos. É no momento em que este indivíduo pretende ingressar na universidade, partindo do pressuposto que necessita inevitavelmente de encontrar um alojamento fora do seu seio familiar e, como tal, de uma nova casa, que os contactos e proximidades sociais se vêem alterados, o lugar de residência substituído e tudo é experienciado e apreendido de novo (Fernandes, 2001). A libertação do mundo familiar e a confrontação com a nova realidade é uma parte funcional para o desenvolvimento psicológico e para a conquista de independência do próprio indivíduo.

As constantes mudanças sociais e a vulnerabilidade do estado civil e da vida dos indivíduos aumentam a necessidade de incidir num leque mais abrangente e, por isso, diversificado de pessoas, tais como estudantes com deficiências físicas e/ou psicológicas, estudantes casados com ou sem filhos, pais solteiros e estudantes de outras faixas etárias (inserção no mundo académico mais tardio), alunos originários de outros países, bem como indivíduos inseridos em escolas especializadas (música, dança, escolas artísticas, entre outras), que exigem um conjunto de soluções académicas próprias.

A arquitectura destes espaços tem e deve oferecer variadas alternativas e soluções que sirvam a todo o tipo de estudantes, no seu crescimento individual e colectivo e, por isso, é necessário ter em conta a diversidade e pluralidade de indivíduos a que a residência de estudantes deve responder.

Num período de vida em que o estudante tem de se afastar de tudo o que lhe é familiar e criar uma nova vida, nem a universidade nem os estudos científicos lhe darão a oportunidade de se sentir em casa. Assim, a residência universitária deve-lhe possibilitar a estabilidade e a sensação de lar, decisiva para o seu desenvolvimento pessoal, bem

como lhe deve facultar um contexto físico e social adequado para o desenvolvimento dos seus objectivos, uma vez que as condições de vida e o ambiente no qual o estudante vive e estuda influenciam directamente os seus resultados académicos (Peters, 1973).

Assim sendo, resultado de uma mudança de mentalidade, a casa deixa de ser lugar de família, fechado e privado, para passar a ser a residência, a casa comum, onde a família é constituída pelos vizinhos - restantes estudantes. Porém, contrariamente àquilo que sucede numa casa familiar, na residência, o domínio total do estudante sobre os espaços está confinado à sua célula, sendo os outros espaços comuns e, como tal, de partilha com os restantes estudantes. Neste cenário, quando o estudante ingressa no mundo universitário e tem inevitavelmente de escolher um novo espaço para habitar, deverá ter como primeira e melhor opção as residências de estudantes, situação que actualmente não se verifica (são muitas vezes postas à margem e apenas escolhidas como última opção). Tal acontece porque, por um lado, a oferta destes serviços residenciais se tornou insuficiente para satisfazer as crescentes necessidades dos seus destinatários e, por outro, porque geralmente estão negativamente associados a espaços desconfortáveis, de dimensões extremamente reduzidas e com carências a nível das instalações e serviços. As residências universitárias, embora mais económicas, caracterizam-se como formas de habitação mais restritivas e rudimentares, não servindo, portanto, para os estudantes como alternativa às habitações privadas.

Cada estudante avalia e vive o espaço à sua maneira. A modalidade em que este decide viver, directamente influenciada pela idade, pelo curso ou até por questões de teor pessoal, deve ser possível dentro da sua habitação. Isto significa que o habitar, forte componente no moldar do comportamento humano, deve ser possível de ser alterado, moldado e controlado pelo estudante, pois de outra forma ele sentir-se-á aprisionado, afectando o seu desenvolvimento pessoal, social, profissional e cultural: “nós modelamos os nossos edifícios e estes modelam-nos a nós” (Portas, 2005, p. 22).

Uma questão fundamental que respeita à apropriação é sem dúvida a afectividade. O estudante ao apropriar-se da sua célula coloca nela todos os seus pertences, transformando o espaço onde vive no seu refúgio, na sua casa. Esta noção só é possível associada a uma memória do estudante, na medida em que ele vai dispor o espaço de acordo com os seus critérios e escolhas

pessoais. Assim sendo, podemos assumir que a residência será efectivamente a casa do estudante e a sua célula o recanto mais íntimo e pessoal.

O ser humano ao enraizar-se num lugar e ao encará-lo como o seu ponto de referência e pertença do mundo modifica a sua relação com o espaço, conferindo ao lugar sensação de habitat no qual ele quer permanecer. Ao apropriar-se e familiarizar-se com esse espaço, ele torna-se o ponto a partir do qual a sua vida se desenvolve, o lugar de partida e de chegada de todas as suas acções e deslocações na cidade (Bollnow, 1969).

No caso do estudante, a nova casa, a residência de estudantes, passa a ser o seu ponto de referência, tornando-se a que habitava outrora, usualmente com os progenitores, por vezes considerada a sua segunda casa. Esta situação nem sempre se efectua com a mesma intensidade, notando-se que a ligação com a residência de estudantes é mais forte quanto mais tempo o estudante passa dentro dela. Muitas vezes deparamo-nos com situações onde a segunda casa é a própria residência de estudantes, sobretudo porque se trata de uma habitação temporária e nem sempre fixa durante os anos de curso.

Primeiramente, deve haver a realização de um ambiente privado, decisivo para o êxito ou fracasso de uma forma de habitação colectiva. Isto implica a possibilidade de o indivíduo que habita num meio comunitário poder, se assim o desejar, retrair-se da colectividade que rodeia e não ser incomodado por ela, devendo o seu quarto permitir-lhe a realização eficaz da sua intimidade e individualidade. Já a distribuição destes espaços privados deve ser correcta de forma a não prejudicar a privacidade de cada um, ameaçada pela natural curiosidade dos vizinhos.

Por outro lado, deve haver lugares colectivos que promovam oportunidades de câmbio académico e social entre os estudantes, dotando os espaços de uma atmosfera informal, para que haja um contacto acessível entre as pessoas, tanto nas salas de estar, de lazer, de estudo, mas também nas cozinhas que actualmente ganharam um papel preponderante na vida comunitária e nas relações sociais entre os estudantes - a colectividade manifesta-se de forma mais significativa entre pessoas que partilham um mesmo tecto ou um mesmo piso (Peters, 1973).

Viver em comunidade, numa residência de estudantes, significa partilha de uma casa com pessoas desconhecidas, mas semelhantes nos seus objectivos e na fase

de vida em que se encontram. Apesar de os estudantes poderem ter culturas, perspectivas de vida e horários diferentes, esta forma de habitar promove o respeito, a democracia e a polivalência, onde as relações interpessoais se estabelecem de forma natural e genuína. Por outro lado, se o indivíduo desejar, a alienação social e o isolamento é possível, uma vez que a esfera colectiva é contrabalançada pela célula privada, tornando a comunicação e a entrega uma escolha individual.

A residência de estudantes possui duas realidades distintas: a realidade colectiva e a realidade individual, dependentes uma da outra. A célula, na residência, funciona como elemento chave de toda a composição e só faz sentido se pensada e analisada envolvida nesta esfera colectiva que a completa e a sustenta, pois sem ela, com todos os seus espaços comuns e auxiliares, o corpo da célula não seria suficiente.

Nesta perspectiva, a questão da célula assume uma posição relevante, uma vez que é o único espaço verdadeiramente íntimo do estudante, o seu lar. Não se trata apenas de um abrigo (segurança), ou de uma necessidade de sobrevivência. Vai muito além do cumprimento das necessidades básicas do homem, uma vez que a célula deve ser também o espaço dos desejos e aspirações do estudante, refúgio e contacto com o mundo exterior:

As definições de célula e cela são bastante idênticas, pois segundo a etimologia portuguesa, célula é por definição o diminutivo de cela, no latim: cella e cellula. Célula define unidade, espaço unitário e, como tal, suscita introspecção, reclusão. É a sua associação e agregação com as outras células que definirá o conjunto e a relação desta com o global. Define igualmente o espaço mínimo indispensável ao homem, não mais que o necessário, mas também não menos do que o humanamente imprescindível. Assim, as suas dimensões são, por vezes, bastante diminutas de modo a albergar um único indivíduo e o mobiliário meramente necessário às funções básicas aí desempenhadas como: dormir, estudar, e em alguns casos, tratar da sua higiene pessoal. No caso das residências estudantis podemos definir a célula como o quarto do estudante. É a partir das medidas do ser humano que se cria o quarto e é a partir das medidas do quarto que se cria o edifício.

Os espaços celulares não existem isolados; agrupam-se, fazendo parte de um volume, no qual precisam de estabelecer relações entre

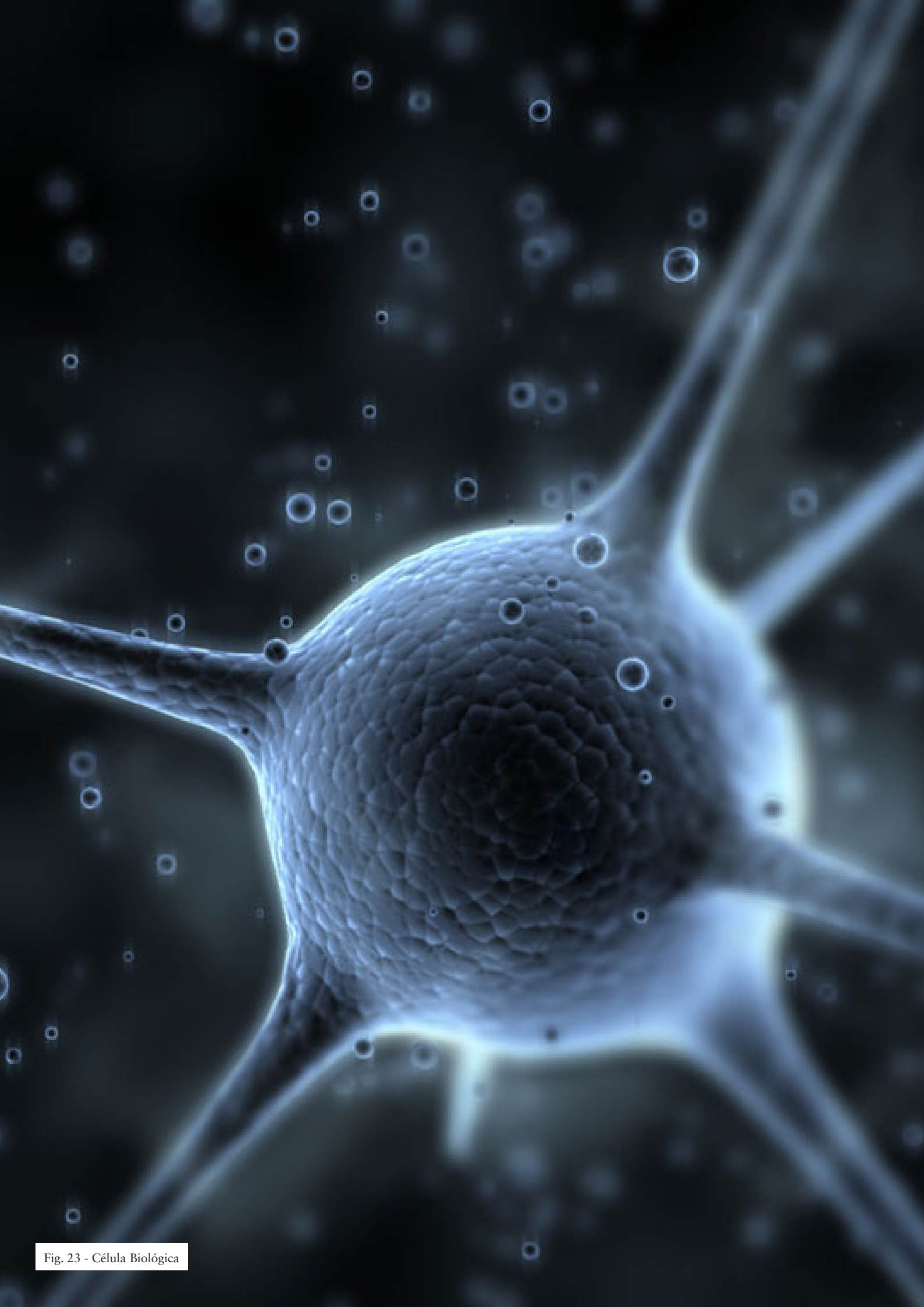


Fig. 23 - Célula Biológica

si e com o exterior. Dentro deste cenário, encontramos as células individuais e as células partilhadas, geralmente, por dois estudantes. Esta questão altera drasticamente as dimensões, relações espaciais, assim como toda a organização interior do espaço. Geralmente, o espaço da célula contém no seu interior diferentes zonas como, por exemplo, a zona de entrada, a zona de dormir e a zona de trabalho. A existência ou inexistência de cada uma condiciona o espaço, o percurso e a organização das diferentes funções que se estabelecem no seu interior. Muitas das vezes soma-se a estes espaços já referidos, uma zona de higiene/ instalação sanitária e/ou uma pequena kitchenet.

Habitualmente, a célula do estudante está relacionada com um tipo de habitação que se caracteriza pelos mínimos necessários, principalmente por razões económicas. O aproveitamento do espaço, numa relação estrita entre m²/estudante, de forma a criar o maior número de quartos possíveis num determinado loteamento, tem sido uma das posições mais verificadas. Esta solução cria problemas evidentes pois um espaço demasiado escasso cria claustrofobia e recusa por parte do ser humano. Em suma, sendo a habitação mínima a que tem maiores limitações, todos os factores devem ser rigorosamente ponderados, numa busca incessante pela melhor solução possível que se traduza num espaço ideal para o desenvolvimento pleno da vida dos ocupantes, nas suas dimensões física e psicológica.

3.2 Casos de estudo

3.2.1 Residência Universitária Alberto Amaral

A Residência Universitária Alberto Amaral (projectado pelo Arq. Noé Dinis), construída em 2003, localiza-se nas imediações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP), embora sirva toda a comunidade da UP. Apesar de se tratar de um edifício único, encontra-se dividido em três sectores. Dispõe de 220 vagas para estudantes de licenciatura e de mestrado integrado e de 112 vagas para estudantes de doutoramento, pós-doutoramento e programas de mobilidade internacional. As camas destinadas aos estudantes de licenciatura e mestrado estão distribuídas por apartamentos de 11 quartos individuais (com secretária, roupeiro e mini frigorífico), que contêm WC comum – um balneário comunitário -, cozinha, despensa e sala de convívio. As camas destinadas aos restantes estudantes estão distribuídas por 22 quartos individuais, 39 quartos duplos e 6 quartos de casal, todos com WC privativo, secretária, roupeiro e mini frigorífico. A Residência está equipada com quatro lavandarias self-service e dispõe de serviço de vigilância; fornece roupa de cama e atoalhados, responsabilizando-se pela sua lavagem, facto, aliás, comum a todas as residências visitadas.



Fig. 24 - Residência Universitária Alberto Amaral



3.2.2 Residência Universitária José Novais Barbosa

A Residência Universitária José Novais Barbosa (projectado pelo Arq. Nuno Tasso de Sousa) situa-se em plena Faculdade de Letras da UP e dispõe de 248 camas destinadas a estudantes de licenciatura, mestrado e mobilidade internacional. A Residência tem 22 apartamentos (unissexuais, não mistos) de 6 a 14 quartos individuais (dotados de cama, secretária, roupeiro com cofre e lavatório), com WC comum. Dispõe de uma lavandaria self-service (com máquinas de lavar e de secar, tábua e ferro de engomar) e de uma varanda com estendal, que servem todos os apartamentos. Têm ainda de uma sala de convívio de dimensões reduzidas e, na falta de cozinha, alberga um frigorífico e um microondas na lavandaria para uso generalizado. À semelhança das outras residências tem serviço de vigilância.



Fig. 26 - Quartos dos Residentes



Fig. 25 - Residência Universitária José Novais Barbosa



Fig. 27 - Casa de banho colectiva

Fig. 28 - Residência Universitária de Paranhos



3.2.3 Residência Universitária de Paranhos

A Residência Universitária de Paranhos (projectado pelo Arq. Luiz Cunha), a mais reduzida das três visitadas, é composta por quatro blocos de 33 quartos individuais com WC privativo, secretária e roupeiro. Os residentes dispõem de uma cozinha e de uma sala de estudo por piso, para além de uma lavandaria self-service e de uma sala de convívio com televisão comuns a todos os blocos.



Fig. 29 - Quartos dos residentes

3.2.4 Síntese Crítica

Na Residência Universitária Alberto Amaral o mobiliário fundamental dos quartos consiste na cama, mesa-de-cabeceira, armário e secretária. Como principal crítica pode apontar-se a diferenciação que se faz entre os estudantes nacionais e os estudantes de mobilidade internacional no que respeita às condições disponíveis a cada tipo de estudante. Enquanto os primeiros dispõem de quartos de dimensões exíguas, dotados dos equipamentos indispensáveis, e de um banho comunitário; os segundos desfrutam de quartos de tamanho bastante superior, com banho privativo e mini-bar, para além do mobiliário fundamental. Apesar de se poder compreender uma discriminação positiva dos estudantes internacionais, no sentido de os acolher bem, não parece desejável uma diferença tão acentuada em termos de condições, relativamente aos estudantes nacionais. Por outro lado, refira-se que as zonas sociais, designadamente a cozinha e a sala de convívio, embora disponham de estruturas básicas, estão desgastadas e desactualizadas.

Na Residência Universitária José Novais Barbosa o mobiliário fundamental dos quartos é o mesmo da anterior, acrescentando apenas um lavatório. Nesta residência nota-se a ausência de uma zona de alimentação na verdadeira acepção do termo. Assiste-se à presença de uma sala que contempla um microondas e um frigorífico, mas que não dispõe de mesas e cadeiras, antes incluindo uma máquina de lavar e uma máquina de secar roupa, confundindo usos distintos no mesmo espaço. Os estudantes, sem hipótese de cozinhar na residência, têm necessariamente de se servir da cantina da Faculdade de Letras.

Na Residência Universitária Alberto Amaral o mobiliário fundamental dos quartos consiste na cama, mesa-de-cabeceira, armário e secretária. Como principal crítica pode apontar-se a diferenciação que se faz entre os estudantes nacionais e os estudantes de mobilidade internacional no que respeita às condições disponíveis a cada tipo de estudante. Enquanto os primeiros dispõem de quartos de dimensões exíguas, dotados dos equipamentos indispensáveis, e de um banho comunitário; os segundos desfrutam de quartos de tamanho bastante superior, com banho privativo e mini-bar, para além do mobiliário fundamental. Apesar de se poder compreender uma discriminação positiva dos estudantes internacionais, no sentido de os acolher bem, não parece desejável uma diferença tão acentuada em termos de condições, relativamente aos estudantes nacionais. Por outro lado, refira-se que as zonas sociais, designadamente a cozinha e a sala de convívio, embora disponham de estruturas básicas, estão desgastadas e desactualizadas.

Na Residência Universitária José Novais Barbosa o mobiliário fundamental dos quartos é o mesmo da anterior, acrescentando apenas um lavatório. Nesta residência nota-se a ausência de uma zona de alimentação na verdadeira acepção do termo. Assiste-se à presença de uma sala que contempla um microondas e um frigorífico, mas que não dispõe de mesas e cadeiras, antes incluindo uma máquina de lavar e uma máquina de secar roupa, confundindo usos distintos no mesmo espaço. Os estudantes, sem hipótese de cozinhar na residência, têm necessariamente de se servir da cantina da Faculdade de Letras.

Por fim, na Residência Universitária de Paranhos o mobiliário fundamental dos quartos assemelha-se ao das anteriores residências. A novidade reside na inclusão de um banho privativo em cada quarto, o que representa uma melhoria substancial na comodidade dos residentes. Se o espaço privado se mostra melhor equipado, já o espaço público também apresenta deficiências. A cozinha é demasiado pequena para a quantidade de habitantes que visa satisfazer, atravancada por uma deficiente organização dos móveis e electrodomésticos. A sala de convívio é de uma inadequação confrangedora, assemelhando-se a uma sala de explicações para alunos da primária reduzida à sua expressão mínima.

3.3 Caracterização do Prédio de Rendimento

Feita a apresentação geral do edifício na parte final do subcapítulo 1.2., a propósito da obra de Marques da Silva, não se repetirá o que já foi escrito e far-se-á agora a caracterização especificada de cada divisão ou elemento compositivo relevante do Prédio de Rendimento.

Cave

No projecto original da cave (100,85m²) estavam previstos dois espaços de armazenagem: um sob a zona de entrada do prédio, outro sob o estabelecimento comercial. Eram zonas sem qualquer divisão e com luz natural. Contudo, no momento da ocupação do pátio, os vãos desapareceram e o armazém da zona comercial foi compartimentado. Criaram-se várias áreas ao longo de um corredor estreito que termina numa grande sala multiuso. O único elemento que subsiste é a escada de acesso à cave do estabelecimento. O estado insalubre em que se encontra a área comum do prédio e a ausência de luz e arejamento natural de ambos os espaços são consequências nefastas que aquela intervenção originou.

ORAS





Rés-do-chão

No rés-do-chão (105,62m²), a porta de entrada do edifício é feita de ferro e a sua composição sugere influências do espírito internacional da Art Nouveau. A zona de entrada é um espaço rectangular, com um pé-direito de 4.15m, de onde arranca a escada, feita integralmente em madeira, que permite o acesso aos restantes pisos. Da entrada parte também um corredor que dá acesso à cave comum e ao pátio das traseiras. O arquitecto ampliou as preocupações de projecto empregadas nos restantes compartimentos, criando uma abertura para obter luz e ventilação natural neste espaço. O desenvolvimento da escada é feito em dois movimentos: no rés-do-chão desenvolve-se em tiro, com patamar intermédio, e a partir do primeiro andar desenvolve-se em dois lanços, com bomba e patamares intermédios, até ao último andar. O patamar do primeiro andar, ao contrário dos restantes, é mais folgado - as paredes desmaterializam-se e dão lugar a uma guarda, de modo a otimizar a iluminação natural conseguida pela clarabóia.





Primeiro Andar

O primeiro andar (101,07m²) é composto por três salas, sendo estas constituídas por um pé-direito de 4m com grandes vãos, que podem funcionar como três escritórios distintos, embora com a possibilidade de comunicarem directamente entre si e funcionarem como um espaço único. Duas das salas são voltadas para a rua, a outra vive do pátio das traseiras. As primeiras gozam de bow windows, elementos que dinamizam o espaço e acentuam a iluminação dos compartimentos, a segunda, pelo contrário, apresenta menor iluminação, que tenta ser corrigida através de vãos mais altos, todavia tem uma vantagem pois é a única que possui quarto de banho próprio. A caixa de escadas neste piso faz a transição da escada de tiro vinda do rés-do-chão e o arranque da escada com patamares intermédios. Esta zona, ao contrário dos pisos de habitação, não é fechada para que se consiga potenciar a luz proveniente da clarabóia. No limite pode-se considerar que a divisão espacial deste andar obedece a uma regra modular cujo módulo corresponde às dimensões da sala dianteira. Nota particular para as referidas bow windows: são janelas triangulares, projectadas sobre o passeio, feitas de betão armado e caixilharia de ferro, que conferem uma sensação de espacialidade e uma iluminação mais rica.





Andares Habitacionais (Segundo, Terceiro e Quarto)

Os andares habitacionais (segundo - 95,21m²; terceiro - 95,23m²; quarto - 95,86m²) destinam-se, como é óbvio, à habitação e são morfologicamente iguais. Todos os apartamentos incluem dois quartos (um voltado para a rua e outro voltado para o pátio das traseiras), duas salas (que obedecem à mesma orientação dos quartos), uma cozinha e um quarto de banho. Numa análise tipológica imediata verifica-se algumas semelhanças com a tipologia habitacional portuense do período Iluminista, nomeadamente as zonas de água situadas nas traseiras e a caixa de escadas central.

As fracções autónomas procuram rentabilizar o espaço da forma mais eficaz possível, pelo que as áreas de circulação são reduzidas - corredores de apenas 60cm de passagem - para que as zonas nobres, como as salas, possuam dimensões mais alargadas. Cada piso é dotado de duas entradas, o que possibilitou dividir as fracções em duas áreas independentes, separadas por uma porta de correr no corredor adjacente à caixa de escadas. Desta forma, uma das áreas viveria do pátio e poderia funcionar como uma pequena habitação com um quarto, enquanto a outra, dividida em três salas, poderia reconduzir-se à utilização prevista para os espaços do primeiro andar.

O tratamento aplicado a cada zona é diferente no desenho e na pormenorização. Parece ser intenção do arquitecto assumir a separação de uma zona de estar mais nobre, que se direcciona para a rua, com tectos de estuque delineados e rodapés mais altos e requintados, enquanto a zona que vive do pátio, claramente de serviço, tem um tratamento mais simplificado e menos rico, com tectos de sanca simples e rodapés mais pequenos e elementares. A sala de jantar parece fazer o prolongamento do espaço interior sobre o pátio, rematando numa varanda.













Fachada Dianteira (Rua Alexandre Braga)

O tratamento exterior dos alçados respeita a tradição portuense de um alçado principal dotado de um desenho cuidado, distinto do alçado tardoz, que se apresenta mais simplificado e depurado. O alçado orientado a poente, executado em alvenaria de pedra e betão à vista, sugere os vários programas presentes no edifício, estratificando-os por piso e dividindo-o em três volumes que parecem sobrepor-se. Apesar desta composição, o cuidado e desenho aplicados, bem como os materiais utilizados permite a leitura de um elemento único que articula de forma coesa os cinco andares. O rés-do-chão, composto por pedra, trabalha o material com texturas diferentes à medida que a fachada se eleva do chão. O aparelho das pedras transparece o sistema de alvenaria de pedra que constitui o sistema estrutural da parede. O vão da zona comercial é vencido por uma viga de betão e a padieira, contrariamente à porta de entrada para o edifício, é resolvida em arco achatado de betão à vista.

Actualmente, a caixilharia do estabelecimento comercial não é a original, mas através da análise de fotografias de época percebe-se que se tratava de uma porta dividida em seis módulos executados em perfis de ferro, chapa e vidro. A porta de entrada, por seu turno, ainda é constituída por perfis de ferro, apresentando uma apetência pelo desenho geométrizado da Art Déco.

No primeiro andar pontificam as bow windows triangulares que se projectam sobre a rua. Este aspecto evidencia as intenções da composição do alçado, na medida em que o andar parece estender-se para o exterior, ao mesmo tempo que sugere a ideia de sustentar os restantes pisos. Observando os detalhes e acabamentos deste piso e comparando-os com o resto do edifício constata-se que esteve presente a preocupação compositiva que hierarquiza os materiais. O rés-do-chão e o primeiro andar são os únicos pisos onde foram aplicadas caixilharias de ferro, apesar das janelas voltadas para o pátio, por uma questão de coerência de fachada, serem executadas integralmente em madeira. Assim, os materiais usados (ferro e betão à vista) são de carácter mais industrial e aparecem associados a espaços de trabalho. Nos pisos das habitações, o alçado é executado em cantaria de pedra com rompimentos constituídos pelas varandas de betão. Apesar do tratamento do alçado ser uniforme, constata-se algumas diferenças entre os três pisos nos vãos e nas varandas.

Há como que uma relação cruzada entre os pisos, ou seja, os vãos do quarto piso são diferentes dos do segundo e terceiro, mas a dimensão da varanda do segundo é igual à do quarto piso. O último piso constitui o remate vertical do edifício, reinterpretando as águas furtadas das habitações portuenses. Aqui, o arquitecto desenha a fachada com planos inclinados e trabalha a plasticidade do betão para reproduzir as folhas de ardósia típicas nos remates das construções portuenses.

As caixilharias e portadas são executadas em madeira com acabamento pintado e são dotadas de um grande cuidado ao nível do desenho. No segundo e terceiro andares os vãos são constituídos por cinco elementos: duas portas, dois panos fixos e uma bandeira. Estes elementos apresentam já o novo gosto de Marques da Silva por um desenho mais simplificado e geométrizado. O traçado das caixilharias lembra as janelas de Corbusier, com um jogo de assimetrias nos prumos verticais, contudo ainda estão presentes as influências portuenses no desenho dos panos opacos de madeira. As portadas foram substituídas, mas o seu desenho aproxima-se das originais; são constituídas por seis módulos tipo venezianas e possuem uma requintada pormenorização do sistema de fecho e recolha. A fachada foi planeada para que quando as portadas estejam recolhidas pareçam integrar a própria parede. Assim, recolhem sobre a parede da fachada e assumem-se como elementos constituintes do alçado.



CABELE RETRO *Vintage*

MARKA LER
EG
Affinity

J. Margueto Alva

ARQUITECTO
1869 — 1947

Fachadas do pátio

Transversalmente o edifício possui dois alçados (nascente e sul) constituídos de forma integral por betão armado. A composição destes alçados é substancialmente mais simples do que a fachada principal e aproxima-se mais do movimento moderno internacional do que das raízes francesas da formação de Marques da Silva. Desenhado de forma axial e simétrica, é no alçado nascente que se situam os vãos das salas de jantar. Alberga pequenas janelas em madeira, que iluminam a zona de arrumos e o corredor de serviço das habitações, e em cada piso, entre elas, situam-se varandas, que se destacam da fachada. As varandas são compostas por uma fina laje em betão e uma guarda em ferro de desenho simples.

Os vãos das salas são grandes janelas de duas folhas, encimadas por uma bandeira e feitas de madeira. Aqui, à semelhança do que se passa no alçado poente, as caixilharias também apresentam uma composição assimétrica dos elementos verticais. No quarto andar, como o pé-direito é mais baixo, não foi possível introduzir a bandeira, mas o desenho da caixilharia é igual ao dos restantes pisos. No entanto, as portadas quando recolhem não integram a parede. No primeiro andar, a varanda dá lugar a uma grande janela em madeira que procura relações com os vãos dos pisos superiores, utilizando o mesmo desenho e composição.

A constituição do alçado sul respeita uma simetria estabelecida pelas janelas centrais. Neste alçado localizam-se os vãos das cozinhas, da dispensa e de um quarto – dos andares habitacionais - e das janelas de uma sala do piso de escritórios. Todos os vãos foram desenhados do mesmo modo, apenas os do primeiro andar são mais altos que os restantes. As janelas são compostas de duas folhas encimadas por uma bandeira, à excepção do quarto andar, como acontece no alçado nascente. As janelas do quarto e da cozinha têm a mesma dimensão, apenas a janela da dispensa é mais estreita. Já o rés-do-chão e a cave actualmente não possuem qualquer vão, apesar do projecto original prever dois vãos que fariam a iluminação do estabelecimento comercial e do armazém.





3.4 Projecto da Residência Universitária

Tendo como principal objectivo a requalificação da Baixa Portuense e como base a reabilitação do Prédio de Rendimento, o presente projecto consiste na transformação deste edifício numa Residência Universitária, de forma a aproveitar a força propulsora de uma população jovem para revitalizar o centro histórico da cidade.

Todo o trabalho fundamenta-se na preservação máxima da preexistência, respeitando o espaço que carece de intervenção - procurou-se adaptá-lo às novas funções sem imposições drásticas, assumindo e corrigindo as cicatrizes do tempo, complementando-as e reintegrando-as numa nova história.

O prédio projectado está dividido em seis andares, para habitação de 11 residentes, onde se explora a relação entre o público e o privado, sendo os três primeiros pisos, os pisos públicos de acesso aos habitantes, bem como a pessoas exteriores à residência, e os três últimos, as áreas privadas dos residentes.

Todos os pisos têm como acesso dois espaços: os lanços de escadas e o elevador, que funciona com chave para que haja mais segurança, visto que as suas portas de entrada se encontram em dois dos lugares públicos da residência. O elevador foi introduzido cumprindo a legislação do Decreto de Lei D. L. N° 123/97 de 22 de Maio com a preocupação de permitir o acesso aos pisos superiores aos residentes de mobilidade reduzida, que de outra forma não o conseguiriam, devido às características arquitectónicas do imóvel. Como a tónica do projecto reside na manutenção da preexistência e no respeito pelo carácter original do edifício, tornou-se necessário criar estratégias de como tornar habitável o espaço para estes residentes.



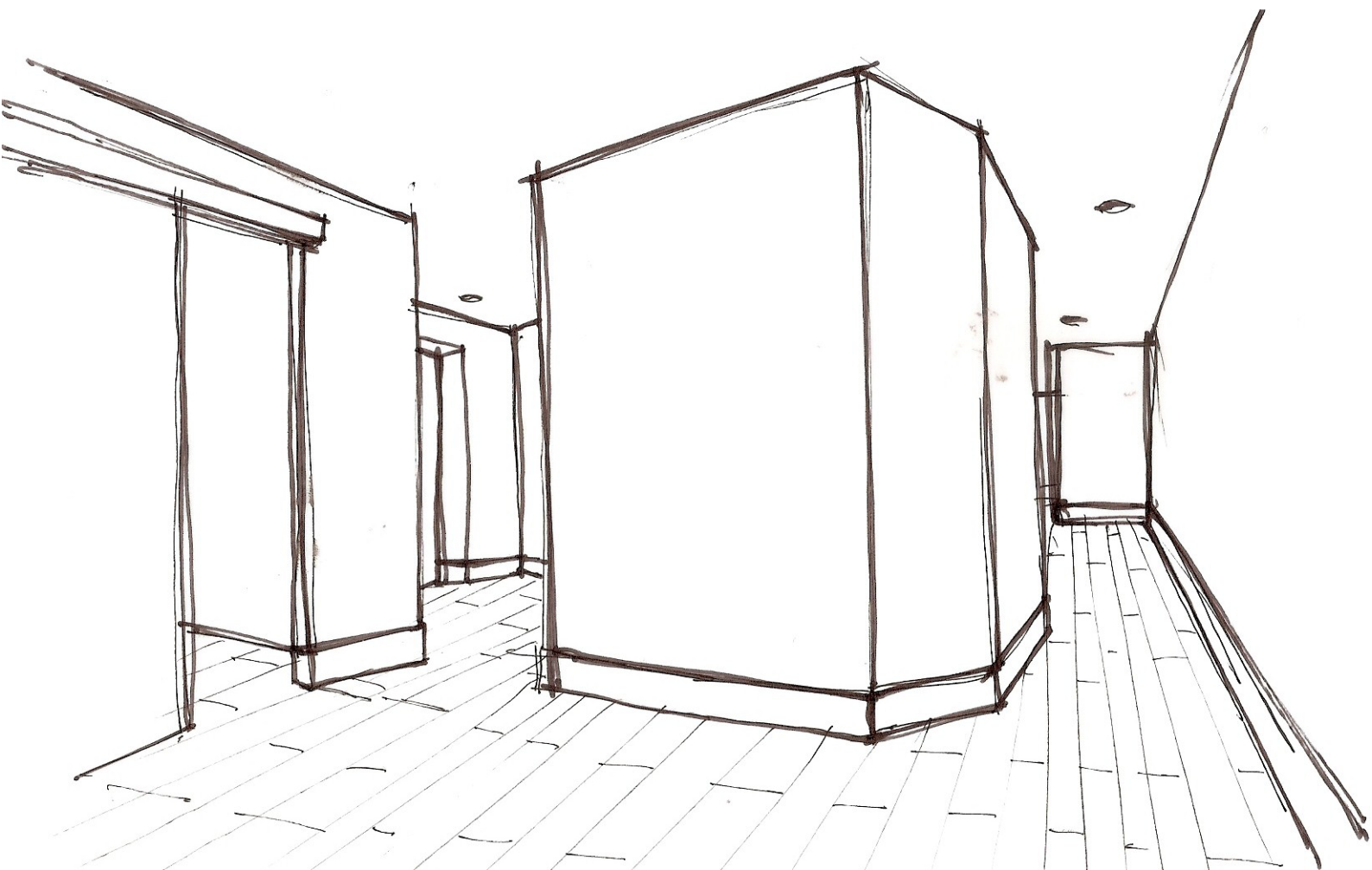


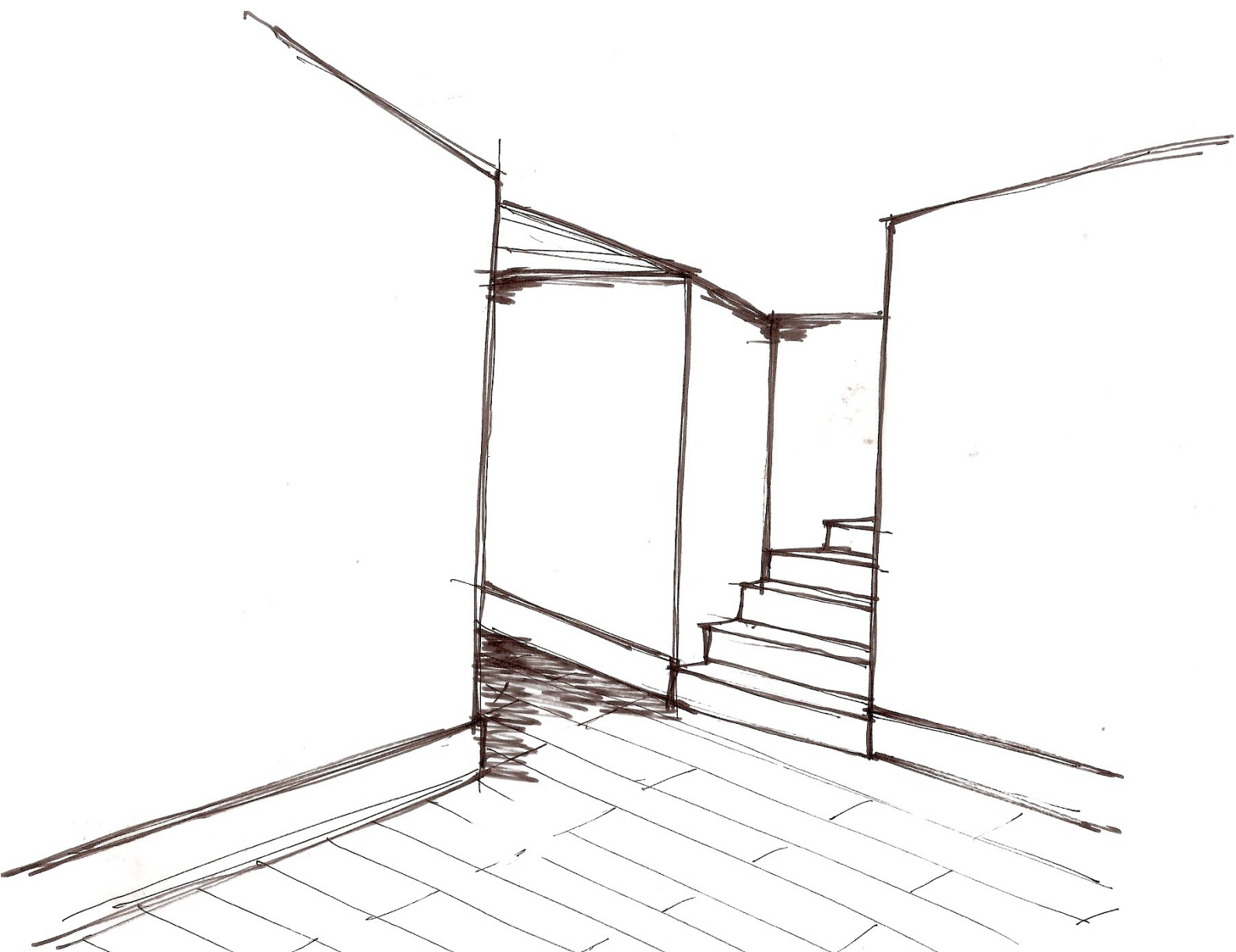
Cave

A cave, à semelhança dos restantes pisos, tem duas zonas de acesso - as escadas e o elevador. A escada em madeira comunica com três áreas distintas: as de permanência dos estudantes (ginásio e lavandaria) e uma sala de utilização dos funcionários da residência e do bar.

Existem duas zonas de acesso dos estudantes com funções distintas. A primeira é a lavandaria, cujo ingresso é feito através de duas portas de correr, conferindo o máximo de privacidade possível. No seu interior encontram-se duas tábuas de engomar, rebatidas nas paredes, de modo a otimizar o espaço, e dois ferros de engomar. Para além do local de engomaria, também se pode servir, no lado direito da divisão, de duas máquinas de lavar roupa e de dois móveis de apoio, e, no seu lado esquerdo, de duas máquinas de secar roupa e de mais dois móveis de apoio. A segunda zona exclusiva dos estudantes é o ginásio, a que podem aceder durante todo o dia. É composto por duas passadeiras, prateleiras de alteres, um banco de treino, uma bicicleta e diversificados aparelhos de exercício (Wave Excite, Step Excite e Synchro Excite). Duas das suas paredes são revestidas a vidro espelhado para criar a ilusão que o espaço é maior do que na realidade é.

O acesso à sala de utilização dos funcionários é feito através de umas escadas em caracol provenientes do R/C. Esta sala permite aos funcionários aí guardarem os seus pertences; é um espaço onde, por exemplo, possa ser feita uma muda de roupa. Neste sentido, entram na sua composição um banco e vários cacifos individuais. Toda a sala tem como iluminação natural a que provém da janela, do acesso ao elevador e do saguão.





Rés-do-chão

No rés-do-chão voltou a utilizar-se a fachada do primeiro projecto, convertendo o uso que agora se verifica – um cabeleireiro - num bar aberto vinte e quatro horas, que tem como desígnio, não só a atracção nocturna, mas também o estabelecimento de um espaço de que se possa usufruir durante o dia.

O bar designa-se Marques da Silva e tem duas funções essenciais ao longo das vinte e quatro horas: durante o dia, é um espaço calmo, de fruição normal, com a vantagem para os estudantes de aí poderem estudar; durante a noite, constitui-se um local atractivo de diversão nocturna, para cativar a população em geral.

Este espaço é composto por áreas com finalidades distintas. A primeira encontra-se na entrada, com um sofá longo distribuído por toda a parede, ladeado por mesas de vidro semi-opaco e pelas cadeiras Supernatura de Ross Lovegrove, até ao seguimento das escadas de acesso à cave; esta área é de fruição normal e pode ser usada, por exemplo, para estudo. Refira-se que na parede anterior ao sofá se dispõem uns painéis de acrílico semi-espelhado que servem para iluminar e para o uso de projecções.

Por seu turno, o balcão do bar é constituído em corian, inspirado nas formas arquitectónicas das salas dos andares superiores, e compõe-se por uma máquina de café, uma máquina de cerveja, uma vitrine, sendo que o seu interior contém elementos de arrumação, designadamente arcas frigoríficas, um lavatório e uma máquina de lavar loiça. Depois do balcão, projectou-se uma zona mais social, de convívio, que inclui dois Osorom de Konstantin Grcic, um preto e um branco, um sofá e um cadeirão da colecção Los Muebles Amorosos de Javier Mariscal e uma mesa de apoio; ao fundo, a rematar o bar, depara-se com uma zona mais privada, virada para o pátio das traseiras, composta pelo sofá Newton vermelho de Massimo Iosa Ghini e uma mesa de apoio; este local é claramente mais informal e de relaxamento.

Transversal a todo o bar é a presença nas suas paredes de fotos de todas as obras de Marques da Silva, para que todos os clientes que nele entrem conheçam a história e o trabalho do arquitecto.

No horário nocturno, o principal objectivo do projecto foi criar diversos ambientes. Assim, no vão da parede por trás do longo sofá encontra-se iluminação que confere ao espaço a possibilidade de existência de diferentes matizes e tonalidades, através da mudança de cor de painéis (amarelo, verde, azul, rosa e vermelho). Para além disso, aplicou-se um rebaixamento de tecto onde se localizam projectores, que projectam directamente para os referidos painéis, dando azo à exibição de filmes, videoclipes ou transmissões televisivas.

Neste piso, entre as escadas de acesso ao Piso -1 e o sofá Newton, localiza-se uma casa de banho adaptada a pessoas de mobilidade reduzida.

Todo o espaço é dotado de luz natural e de luz artificial. A primeira advém da porta de entrada e da janela virada para o pátio e elevador; a última resulta da iluminação situada atrás dos painéis, do uso de focos no tecto e da luz em sanca feita pelo rebaixamento de tecto, de modo a evidenciar a parede com as fotos e os desenhos do arquitecto.

Neste andar também existe uma entrada independente directa para os pisos superiores, uma escada de tiro em madeira, debaixo da qual se encontra uma escada de acesso à cave e um vão para se guardar utensílios dos habitantes, como, por exemplo, bicicletas.













Primeiro Piso

O primeiro piso é a zona social dos habitantes da residência. Aí localizam-se algumas das áreas mais importantes do edifício: a biblioteca, a sala de convívio e a cozinha.

Passando à descrição da biblioteca, esta inclui o móvel modular Paesaggi Italiani de Massimo Morozzi, que foi escolhido para o projecto em virtude das múltiplas possibilidades oferecidas pelas suas formas orgânicas, ou seja, pela capacidade de ser modelado através de um jogo de portas que determina a organização espacial. O material que o reveste é acrílico branco semi-espelhado. As mesas de estudo são uma prolongação do módulo, feitas em madeira lacada a branco. São ladeadas pelas cadeiras Tv-chair de Marc Newson. As mesas e as cadeiras estão viradas para diferentes pontos de luz, como a janela do pátio e as bow windows, de maneira a captarem a luz necessária. Neste espaço mantiveram-se as portas de acesso originais.

Acresce que não só na biblioteca, mas também na sala de convívio estão traçadas as bow windows, criadas através da projecção da parede exterior do edifício, para que o espaço das divisões se prolongue para o exterior, conferindo a ilusão de serem mais amplas do que na realidade são. Nessas janelas localizam-se assentos, para que os utilizadores possam desfrutar da vista e da luz abundante que por elas perpassa. A biblioteca tem passagem para a sala de convívio, através de uma porta comunicante. Sublinhe-se que debaixo do vão das escadas existe um espaço de impressão de documentos para os utentes da biblioteca.

A sala de convívio tem como principal característica a flexibilidade. Integra o sofá On the Rocks de Francesco Binfarè, amovível e modelar, que, em conformidade com a concepção de design adoptada para a residência, permite a formulação de diversos feitiços. Sofá que, devido à sua forma e altura, faculta às pessoas que o ocupam uma postura de relaxamento e descontração. Neste local poderá haver lugar à socialização entre residentes ou à visualização de televisão.

A cozinha é composta pelas mesas Penta de Massimo Morozzi lacadas a azul claro, mesas que conferem maleabilidade ao espaço, através da criação de múltiplas opções de encaixe, o que facilita a sua utilização. São acompanhadas pelas cadeiras Ripple Chair de Ron Arad de diversas cores, tais como: branco, amarelo, verde, cor-de-rosa, preto e castanho. A iluminação natural da cozinha é feita através de duas janelas viradas para o pátio e de uma janela na direcção do saguão. A iluminação artificial é feita por dois candeeiros em cima das mesas de jantar. Aqui também se encontram os equipamentos necessários à eficácia da divisão - despensa e electrodomésticos como frigorífico, congelador, microondas, fogão, máquina de lavar loiça, entre outros. O acesso é feito através de uma porta de correr, que tem como intuito tornar este espaço reservado relativamente à biblioteca, uma vez que é só para uso dos residentes, à semelhança da sala de convívio. Neste piso concebeu-se ainda, entre o vão de escadas e a cozinha, uma casa de banho comum, também ela adaptada a pessoas com mobilidade reduzida.



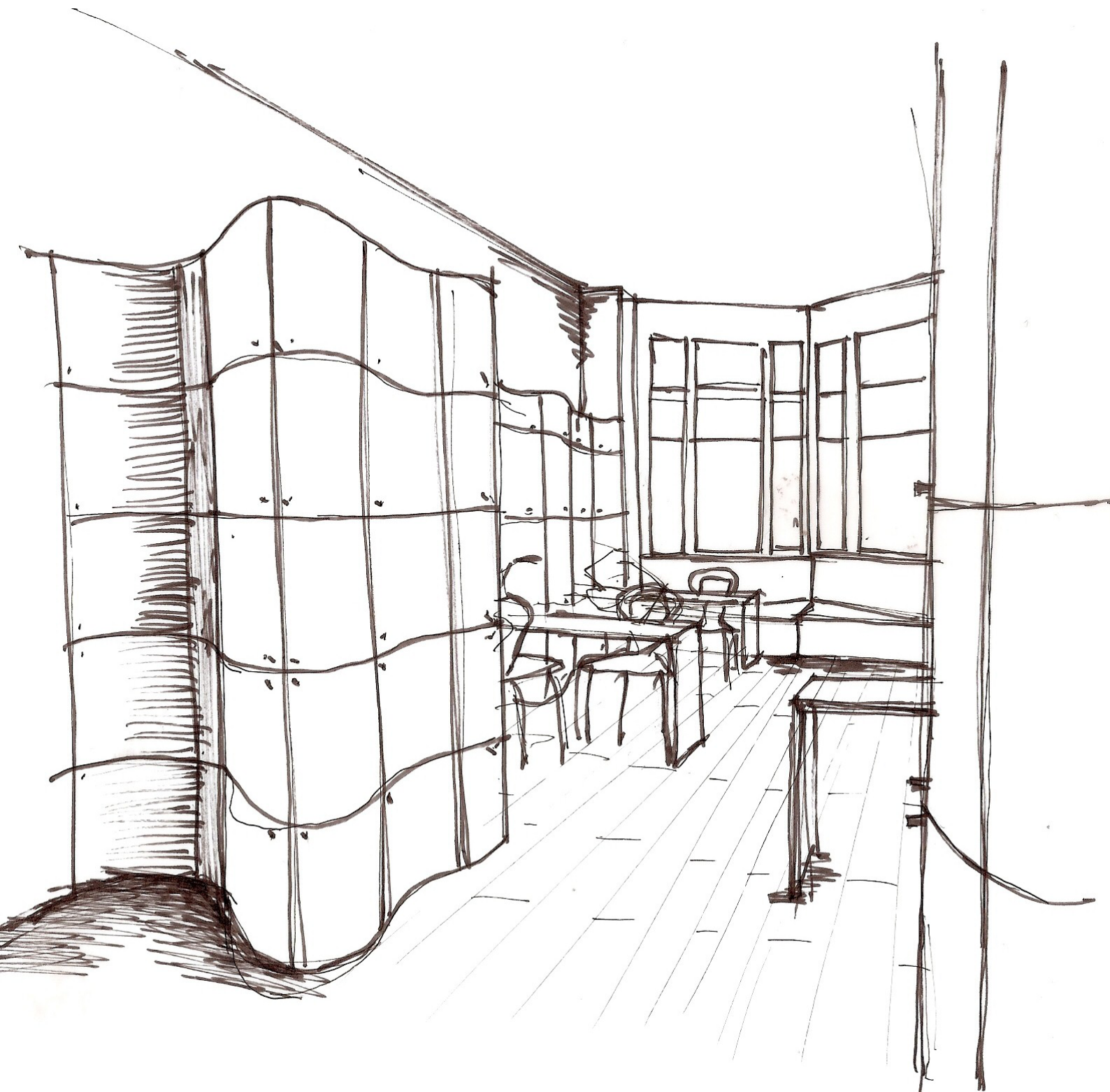


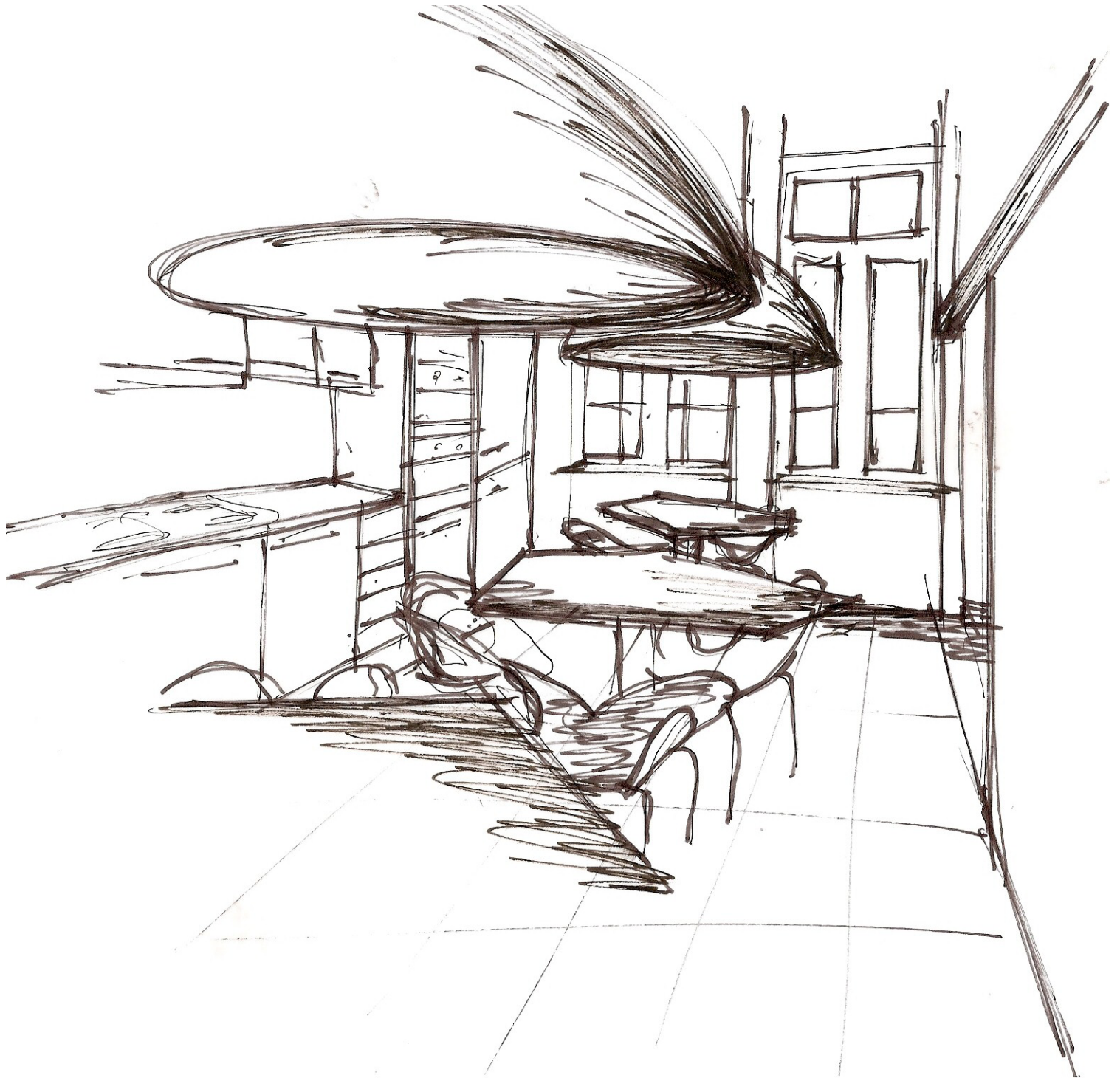


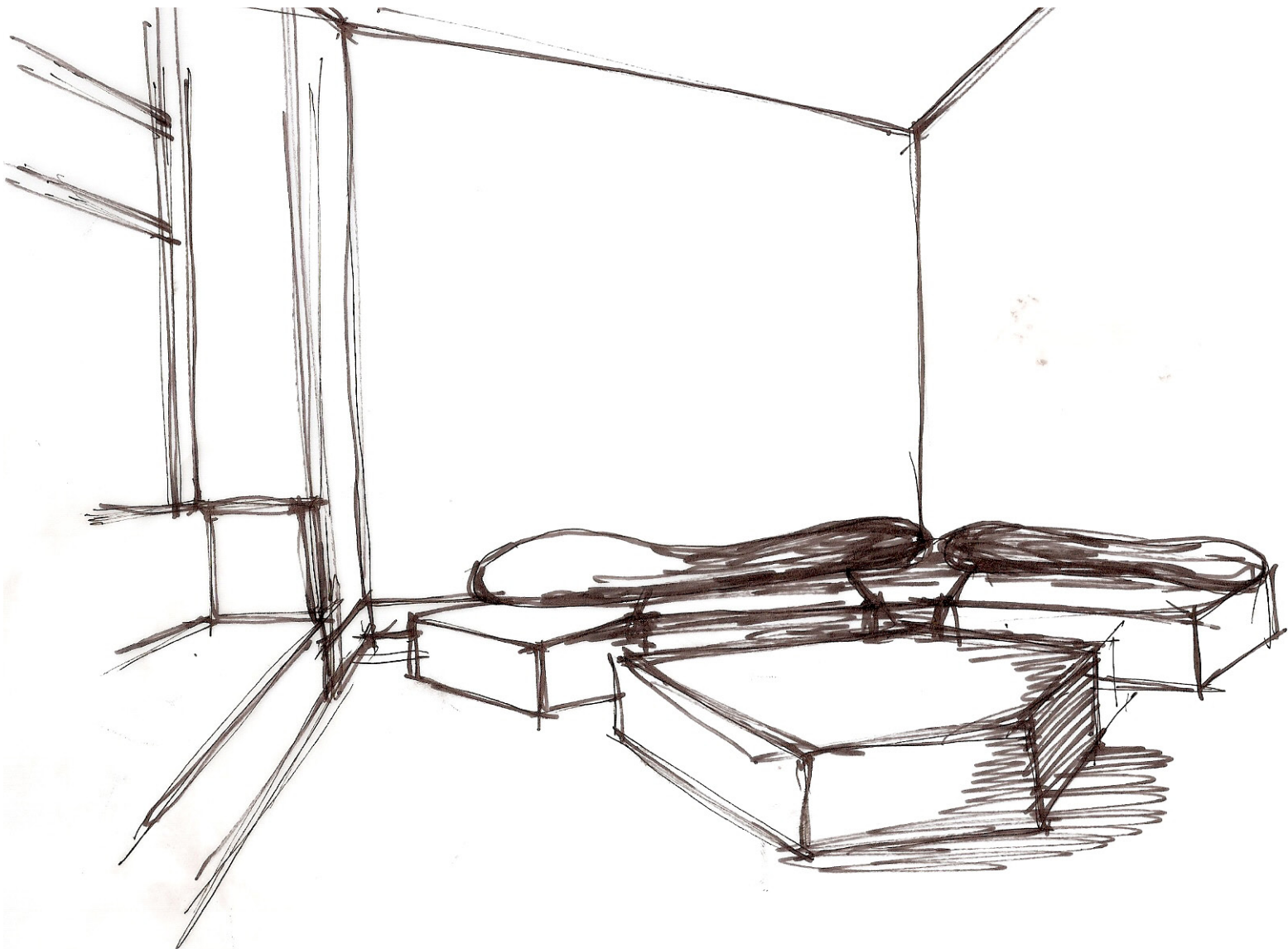












Segundo e Quarto Piso

O segundo e o quarto pisos são idênticos. São constituídos por uma zona de habitação dos residentes, com dois quartos individuais, um quarto duplo, uma casa de banho colectiva e um hall com telefone. A familiaridade implícita na concepção destes espaços pretende que os residentes se possam sentir minimamente em casa, tornando-os seus.

Refira-se que nas residências de estudantes, em geral, e no caso particular deste edifício, dado o seu valor, é absolutamente proibida a afixação de qualquer tipo de objecto (autocolante, cartaz ou poster) nas paredes. Assim decidiu-se criar uma solução para o problema, inspirada no papel de parede, material usado na época de construção do prédio, que consiste na utilização de faixas verticais de tinta magnética nas paredes, onde os residentes possam colocar mediante o uso de íman aquilo que lhes apetecer, sem danificar a preexistência.

Todos os quartos têm mobiliário autónomo, onde se pode dormir, estudar e colocar pertences, tentando a partir de um módulo criar espaço, variando consoante as circunstâncias exigidas por cada quarto, mas sem perder a sua identidade ou função. O quarto 1 é constituído por um módulo que alberga uma secretária, um armário de suporte, uma cama (com dois alçapões), uma mesa-de-cabeceira e um roupeiro. O módulo é composto por madeira lacada branca, para não tirar protagonismo à preexistência do edifício, e localizado de maneira a usufruir da melhor iluminação possível nas secretárias. A cadeira da secretária é do modelo Fjord, de Patricia Urquiola, e o conjunto de poltrona e pufe é Fjord Relax, da mesma Designer.

O quarto 2, mais pequeno, é constituído por um módulo que não inclui roupeiro, nem armário devido a dois factores: o primeiro tem que ver com a sua dimensão, que tornaria completamente impossível a passagem do habitante; o segundo relaciona-se com a utilização do espaço morto que se encontrava no quarto, criando-se novos nichos de apoio ao módulo (em que o nicho que se localiza atrás da secretária servirá para armazenamento de livros e material escolar e o nicho que se encontra ao lado da janela será utilizado para roupeiro). Quanto à iluminação e ao restante mobiliário, este quarto mantém as características do anterior, designadamente os modelos de Patricia Urquiola.

O quarto 3 é um quarto duplo unissexual, cujo módulo tem a mesma função, mas que

está alterado de acordo com a especificidade do espaço. Assim, os módulos incluem espaços de dormir, vestir e estudar, com apoio para o material escolar, mas estão dispostos em efeito de espelho de forma a criar individualidade para os residentes. A sua disposição para além de tentar proporcionar a maior privacidade possível aos ocupantes, também tem em atenção a iluminação das secretárias, que é feita pelas janelas do quarto. O mobiliário de autor também é aqui utilizado. Adiante-se, por fim, que nenhum quarto tem televisão.

A casa de banho colectiva tenta ao máximo preservar o traçado original, repartindo as suas funções. No primeiro bloco encontram-se as zonas de duche, compostas por bases de chuveiro individuais para o uso dos habitantes, cuja iluminação e ventilação natural é feita através do saguão. O segundo bloco é composto pela zona de lavatórios e pela zona de sanitários. Na zona de lavatórios só existe um espaço para a colocação de artigos de higiene e de toalha, para evitar o depósito de elementos dos residentes nesta área. Assim, não existem armários nem suportes para a colocação de objectos pessoais dos moradores.

A zona de sanitários tem pontos de contacto com a arquitectura do hall, mas tem um pé direito mais baixo para que seja perceptível que é um elemento colocado a posteriori e que, tal como os módulos dos quartos, serve para criar espaço dentro do espaço. Aquela área é servida por dois acessos para os sanitários, através de duas portas individuais. Todo o bloco e paredes adjacentes posteriores são cobertos de acrílico espelhado de maneira a conferir maior dinamismo ao espaço e a ilusão de maior amplitude. A iluminação natural é feita pelas duas janelas do pátio e a iluminação artificial pelo uso de focos no tecto e pela iluminação em sancas por detrás dos acrílicos espelhados que se encontram nos cantos.

O hall com telefone é uma zona que tem acesso directo pelos corredores e pela entrada do elevador, espaço cuja essência foi respeitada ao máximo. É um local de recordação, pois, para além de conter o telefone fixo de uso dos habitantes, revela um mural de fotografias de todos os residentes que passaram pela residência. É composto ainda por uma luminária, que para lá da função óbvia de iluminação, permite aos habitantes deixarem escrito em pequenos papéis as suas vivências.





O DEUS DA MATANÇA

BOMBA A DITADURA
E PROIBIDO PROIBIR

QUE FOI?
ATÉ PARECE
QUE NUNCA
VIU

INAUGURAÇÕES + animações
de rua na Miguel
Bombarda
29 Setembro
Sábado

NOITES DA QUEIMA
PROGRAMA DE CINE + PORTO

6	7	10
8	9	11
12		

SUPER BOCK

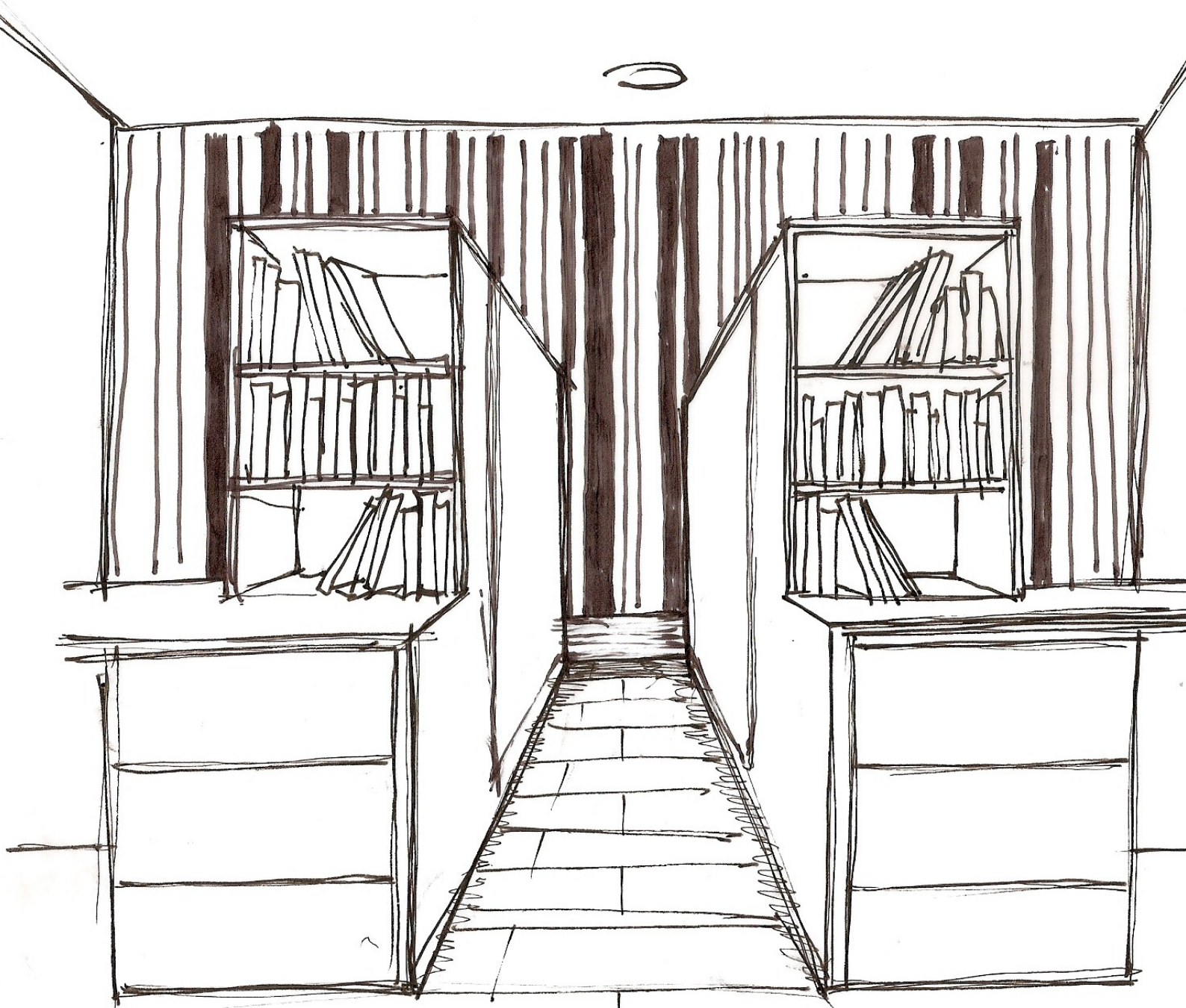
NOITES DA QUEIMA
2010 PORTO

2	3	4	5	6	7	8
---	---	---	---	---	---	---



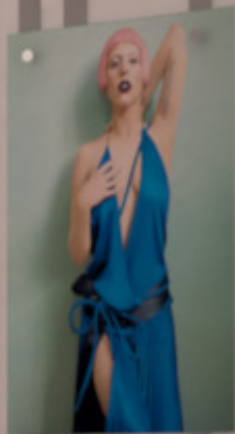
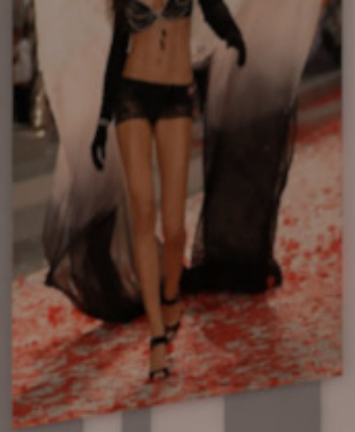




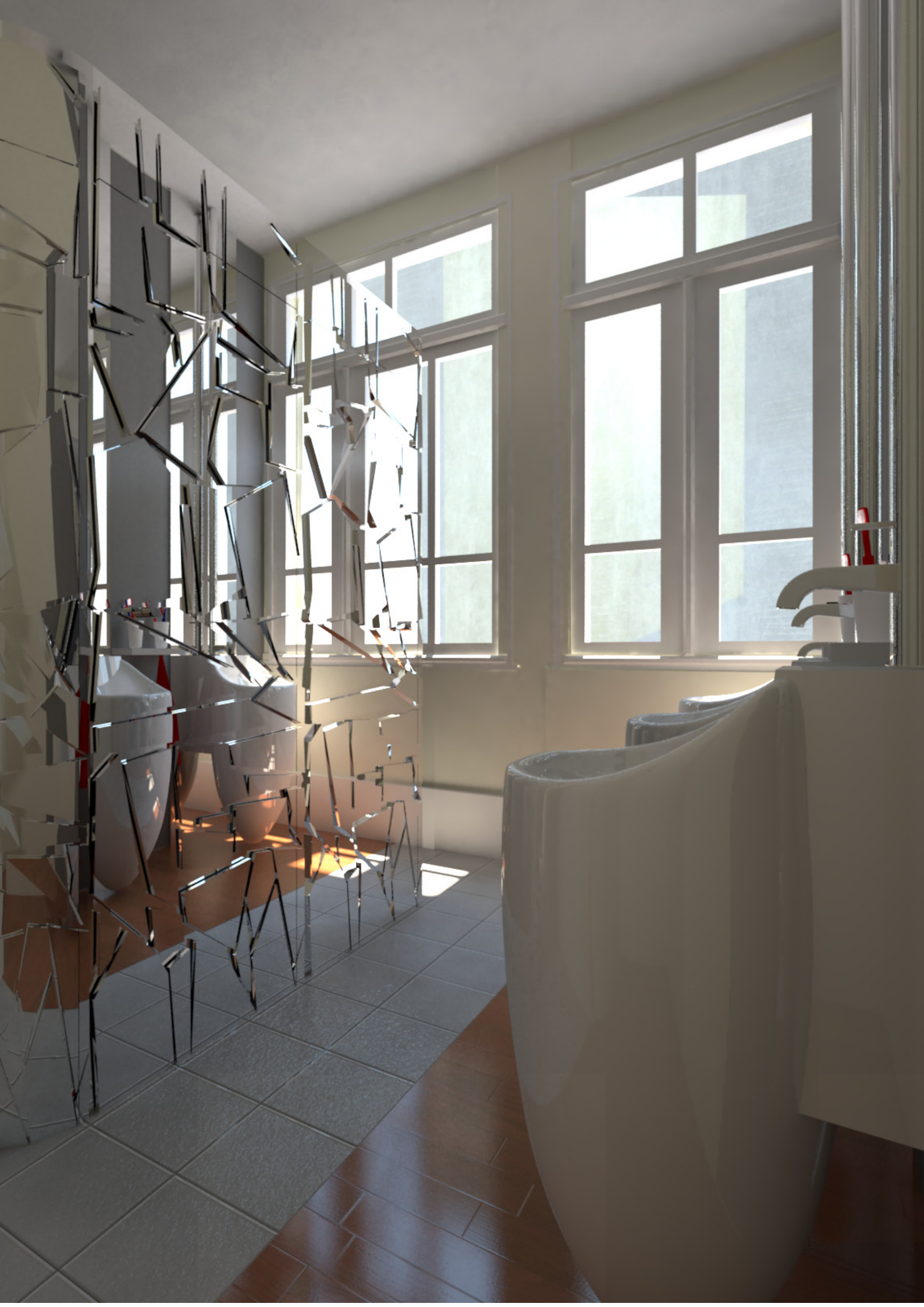


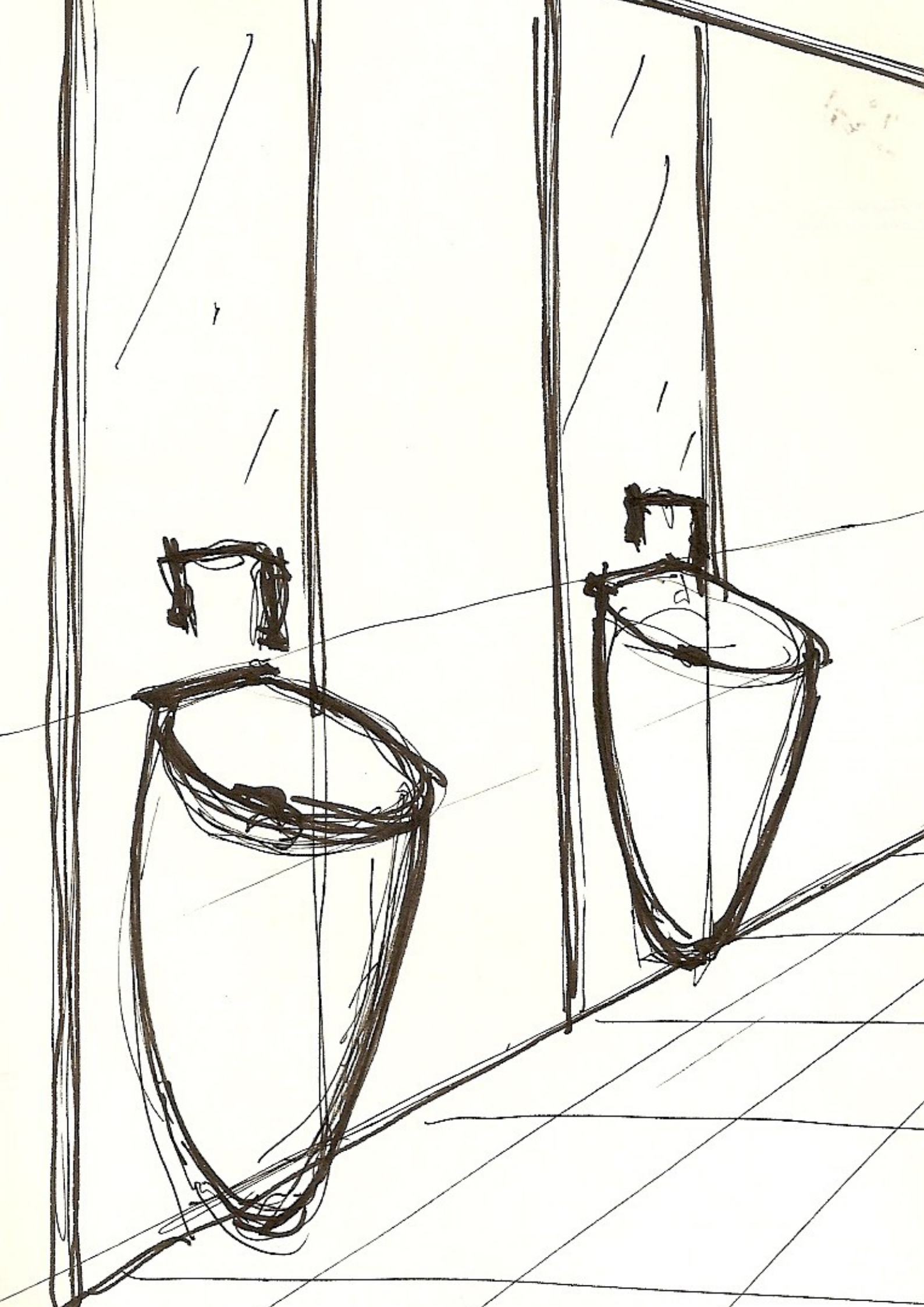


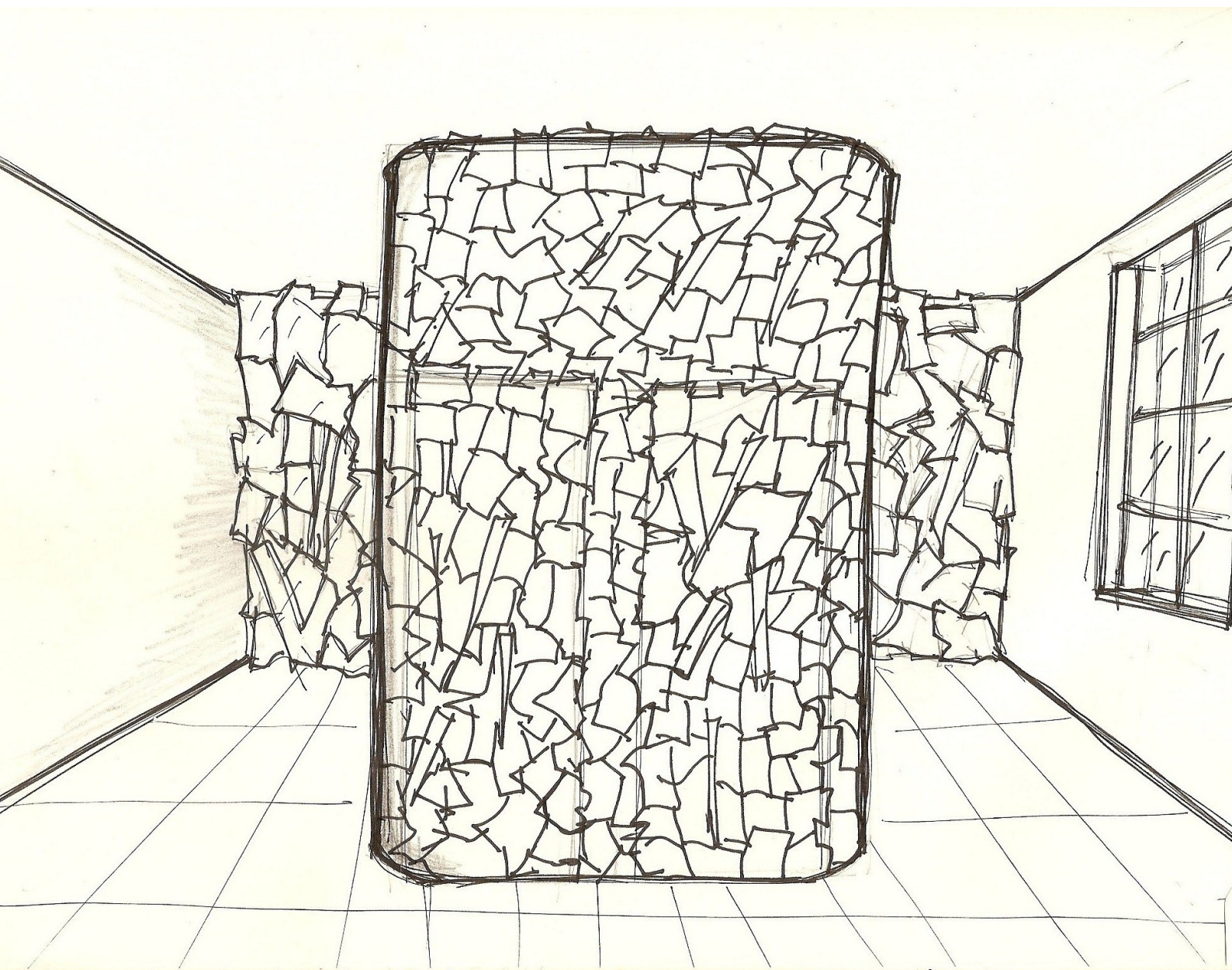






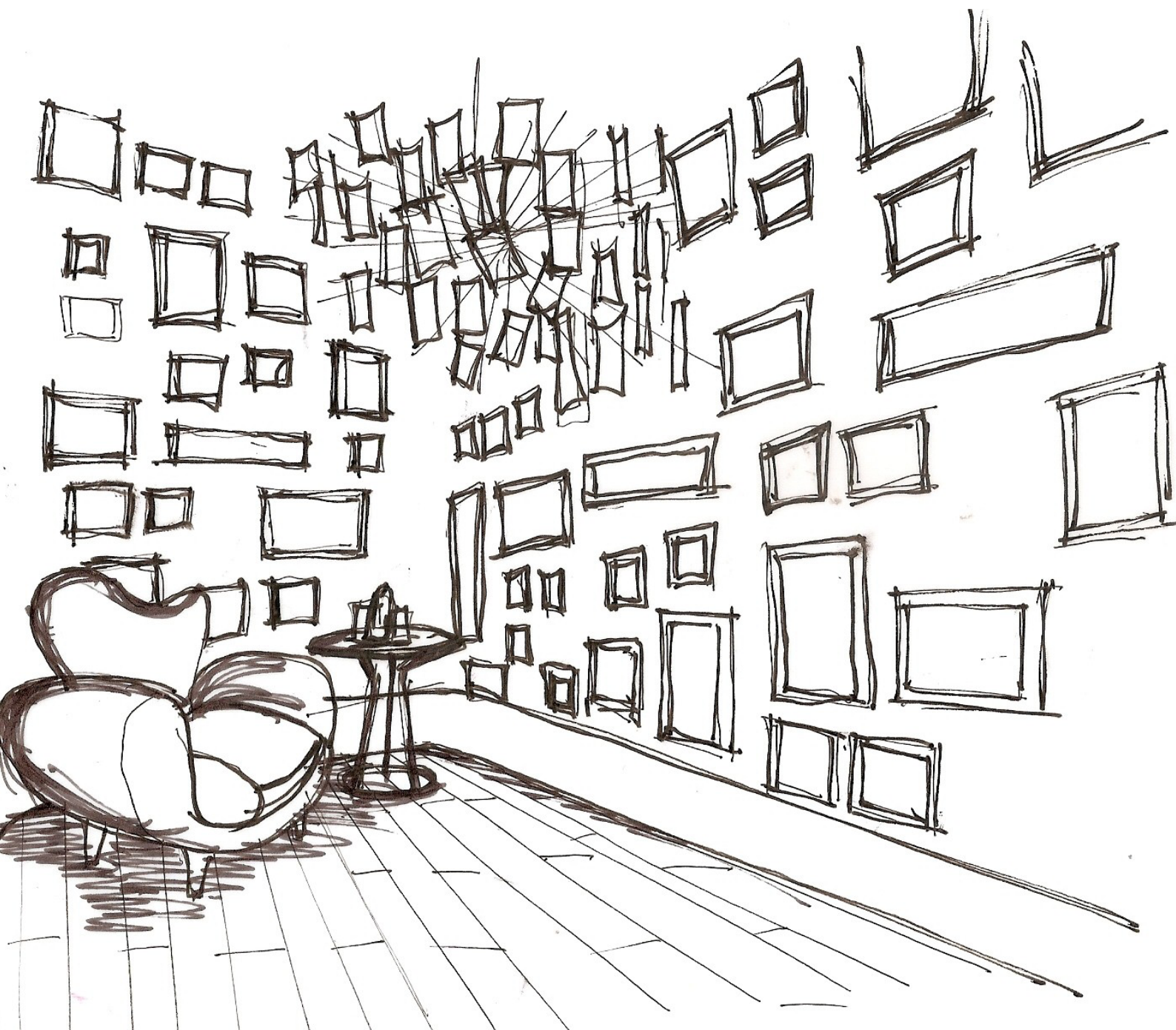












Terceiro Piso

O terceiro piso é semelhante ao segundo e quarto pisos, a diferença reside no quarto duplo, que não acolhe dois residentes, sendo antes especificamente destinado a utentes com mobilidade reduzida, tornando-se um quarto individual. Neste quarto verifica-se mais uma variação do módulo, onde se encontra o espaço de estudo e de dormir. O roupeiro e o armário de suporte não podem integrar o módulo, já que a sua dimensão não permitiria a passagem do utilizador. Por outro lado, aqui também se aplica o mesmo conceito de faixas de tinta magnética nas paredes. Novidade é a inclusão de uma casa de banho completa e independente, que facilita a mobilidade e a independência do morador.

Nas traseiras do edifício encontra-se o saguão referido anteriormente, que atravessa todos os pisos, permitindo a entrada de luz natural. Na parede do vão aplicou-se acrílico espelhado de forma a conferir mais luz natural a partir da sua reflexão.

Realce ainda para o facto de a residência criada, à semelhança da maioria das residências universitárias, ter um regulamento, cujas principais características são: destinar-se a estudantes matriculados

no ensino superior público que, pelas suas condições socioeconómicas, necessitem de alojamento para prosseguir os estudos e que, pela distância ou dificuldade de transporte, não possam residir com o agregado familiar durante o ano lectivo; proporcionar aos estudantes condições de estudo e bem-estar que favoreçam o sucesso escolar e a integração social e académica; a limpeza das áreas individuais é da responsabilidade dos residentes; o acesso de não residentes apenas é permitido nas zonas de convívio, desde que devidamente acompanhados por alunos residentes; a lavagem e o tratamento de roupas só são permitidos nos locais definidos para esses fins e estritamente limitados aos residentes; é proibida a confecção de refeições nos quartos, que não possuem cozinha e equipamentos apropriados para o efeito; não é permitido a nenhum residente conceder alojamento no seu quarto a colegas, familiares ou amigos. Por último, refira-se que, durante o período de férias de Verão dos estudantes, a residência poderá ser usada como hostel para turistas que pretendam visitar a cidade, em virtude de se encontrar num local privilegiado da Baixa Portuense.



THE PARTY SEMESTER STARTS HERE!



FEUP
CAFFÈ
NOITE SABOR AUTÊNTICO
Quinta 15 de Out.
CERVEJA 0.50 C
CERVEJA XXL 1.20 C
BRANCO 2.50 C
SANT 1 C
clube feup

XIX SEMANA ACADÊMICA
MUSEU NACIONAL e TERRA DO CASTELO
12. 13.
14. 15.
16. 17.
18. 19.



Conclusão

O ponto de partida da presente investigação esteve na procura de uma solução para diversos problemas que assolam a cidade do Porto, em particular a sua área de referência: a Baixa.

Uma análise informal, apriorística, sem grande profundidade, feita por qualquer transeunte, permite detectar um conjunto de situações negativas que em nada abonam uma cidade com a envergadura do Porto. Há dezenas, se não centenas, de prédios decrepitos, com um aspecto deplorável, cujas fachadas se encontram em avançado estado de degradação, e em que se verificam sinais evidentes de vandalismo. Por outro lado, a cidade acolhe diariamente um excesso de tráfego automóvel, que se acumula nas ruas congestionadas e nos sobrelotados parques de estacionamento. A um olhar descomprometido não escapa também o marasmo da actividade comercial, principalmente do comércio tradicional.

Se a visita for nocturna, o cenário piora consideravelmente: a tonalidade das ruas sujas e cinzentas fica carregada, as pessoas que povoam a Baixa durante o dia evaporam-se (e o recolhimento não é feito nas casas do centro, antes se assiste a uma fuga para a periferia), e, pontualmente, a marginalidade surge.

Apesar de doente, a Baixa não se encontra em estado terminal. Nos últimos anos, e de acordo com o que foi demonstrado ao longo do estudo, houve entidades e eventos que devolveram alguma vida ao centro urbano: o CRUARB e a obtenção do estatuto de

Património Mundial da Humanidade, a Porto 2001 e a Porto Vivo, SRU – que mantém a sua actividade em prol desta área da cidade. A sua actuação foi essencialmente marcada pela reabilitação de edifícios ou pela construção de novos empreendimentos (obras de interesse público) no sentido de valorizar o edificado portuense. Em conformidade, foram feitas obras de melhoramento ou de adição de espaços de lazer e de estruturas viárias, privilegiando as acessibilidades ao centro da cidade (de que é exemplo paradigmático o Metro).

Estes passos foram dados no sentido certo: o da reabilitação da Baixa Portuense, embora pareça que o movimento não é concertado e que as medidas tomadas são avulsas e não seguem um fio condutor. Recentemente, tem-se procurado a revitalização deste espaço da cidade, verificando-se uma aposta forte na “movida” nocturna, designadamente na zona dos Clérigos, e em actividades culturais, como a instituição do Mercado Porto Belo e a reconversão do Mercado Ferreira Borges no polivalente Hard Club.

Por detectar sinais positivos nestas iniciativas, provenientes principalmente da actividade privada e em resultado das necessidades dos jovens da cidade (incluindo aqui os naturais, os residentes e os visitantes, através de programas de intercâmbio), é importante dar-lhes continuidade e alargar o seu âmbito de actuação, desenvolvendo um movimento planeado e combinado de requalificação do Porto. Não apenas reabilitação física, tão-só revitalização nocturna, mas sim requalificação tout court, continuando os esforços da recuperação do edificado e promovendo a revitalização diurna.

Neste contexto se enquadra a solução proposta, depois de uma aturada investigação. Efectivamente, a realidade detectável por qualquer observador descomprometido é confirmada pela análise e pelo estudo científicos, quer através de literatura especializada, quer mediante contacto directo com os factos, no terreno. Em face de um problema, que era o da difícil conjugação entre o classicismo das Beaux-Arts e o funcionalismo modernista, Marques da Silva apoiou-se no génio criativo e concebeu obras sublimes que reuniam as duas concepções. Marcante é o caso do Prédio de Rendimento, onde se incluiu o betão na estrutura pela primeira vez, como detalhado anteriormente. Apesar da importância do arquitecto ser reputada principalmente à criação de novos edifícios, o que ressalta, o que importa particularmente para este projecto, é o seu método, a sua

visão de conjunto que mudou a face da cidade, requalificando-a. A Baixa Portuense tornou-se, definitivamente, um espaço melhor depois da sua intervenção.

Pretendeu-se aplicar essa ambição neste projecto, sem se arrogar obviamente o legado inigualável de um génio, mas pelo contrário seguindo de forma humilde os seus ensinamentos, como um aprendiz. Assim, recorrendo-se a uma das obras de Marques da Silva – o supracitado Prédio de Rendimento -, localizada em pleno coração da cidade, projectou-se a sua reabilitação e transformação em Residência Universitária (o mestre muito provavelmente não desdenharia a solução, ele que se manteve tão próximo dos alunos em vida). Portadora de diversas valências, como um bar e uma biblioteca, para além da mera função de albergue, o edifício reabilitado assume-se como um veículo para a obtenção dos “três erres” que servem de fundamento ao projecto: reabilitação física do edifício, revitalização social (aproveitando a dinâmica dos estudantes e estendendo-a a todos os habitantes) e requalificação da cidade (mediante a combinação com outros movimentos e políticas no mesmo sentido).

A re-habitação é outra das ferramentas que deverá ser utilizada para conseguir uma nova dinâmica no centro da cidade. O regresso à Baixa, através da fixação de moradores em edifícios reabilitados, deve abranger, não apenas população estudantil, sazonalmente, mas também residentes permanentes, de várias faixas etárias, de preferência no activo, consubstanciando um factor de coesão social. Do ponto de vista das infra-estruturas, na área de localização do Prédio de Rendimento, destaque para a necessidade de recuperação do Mercado do Bolhão, um equipamento nevrálgico da cidade, que, se renovado, atrairá mais utentes, mais consumidores, mas também mais turistas, o que conferirá maior actividade ao espaço. Articulado com este aspecto surge o Metro do Porto, meio de transporte fundamental que permite muita mobilidade nas deslocações na cidade – estrutura a preservar e a melhorar.

A opção pelo comércio tradicional e o desenvolvimento de uma programação cultural mais enriquecida são mecanismos de revitalização que devem igualmente ser explorados, no sentido de estimular o estabelecimento de agentes comerciais e culturais na Baixa Portuense e, conseqüentemente, de criar uma rede de relações entre os diversos actores da cidade que se vá sedimentando ao longo do tempo. O aumento de utentes no centro contribuirá ainda para o acréscimo de segurança, que implicará a melhoria do ambiente que se vive e respira na metrópole.

A articulação de todos estes factores resultará numa Baixa renovada, tratada da doença que a tem definhado. Naturalmente que não será apenas através da injeção de uma nova residência universitária que o vírus desaparecerá, contudo é uma das receitas possíveis, que conjugada com outras, conduzirá a uma terapêutica bem sucedida, a um tratamento pleno que devolva a saúde e a vitalidade condizentes com um local tão emblemático como o centro da cidade do Porto.

Bibliografia

- Aguiar, J. (1999). A Cidade do Futuro Já Existe Hoje. Algumas notas sobre reabilitação urbana. Retirado em Janeiro, 12, 2011 de <http://mestradoreabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/Jaguiaratic.pdf>.
- Aguiar, J. (2002). Cor e cidade histórica - Estudos cromáticos e conservação do património. Porto: FAUP Publicações.
- Appleton, J. (2006). Reabilitar: as regras do jogo. Amadora: Edições Orion.
- Bañon, J. (2004). Pensamento arquitectónico na obra de José Saramago. Acerca da arquitectura da casa. Lisboa: Editorial Caminho.
- Barata Fernandes, F. (1999). Transformações e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações.
- Bollnow, O. F. (1969). Hombre y Espacio. Barcelona: Editorial Labor.
- Cabrita, A. (Eds.) (1999). Editorial Verbo departamento de enciclopédias e dicionários. (2499º ed., Vol. 25). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Câmara Municipal do Porto (Eds.) (2000). Projecto de reabilitação e valorização turística do centro histórico do Porto. Porto: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.
- Cardoso, A. (1997). O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX. Porto: FAUP Publicações.
- Carvalho, P. (2003). Património e (re)descoberta dos territórios rurais. Boletim Goiano de Geografia. N°2, 180-181.
- Castro, C. (2010). [Re]habitar. Tese de mestrado, ESAD, Matosinhos.
- Castro, P. (2009). Processo de reabilitação do Edifício do Arq. Marques da Silva na Rua de Alexandre Braga. Prova Final para Licenciatura, FAUP, Porto.
- Costa, P. (2009). Processo de Reabilitação do Edifício do Arq. Marques da Silva na Rua de Alexandre Braga. Prova Final para Licenciatura, FAUP, Porto.
- Costa, J. P. & Ripper, T. (2007). Reabilitação da casa de Irene Rolo. *Arquitectura Ibérica*, n°20, 4-9.
- Cunha, H. (Eds.) (1999). Editorial Verbo departamento de enciclopédias e dicionários. (2499º ed., Vol. 24). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Durand, J. (2005). Patrimónios/ patrimônios. Montalegre.
- Fernandes, M. (2000). Porto 2001: regresso à Baixa. Porto: FAUP publicações.
- Fernandes, A. (2001). Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e práticas culturais. Porto: Edições Afrontamento.
- Franco, A. (Eds.) (1999). Editorial Verbo departamento de enciclopédias e dicionários. (2499º ed., Vol. 22). Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Gadanhó, P. (2008). Parar de Construir ou o Regresso à Cidade. In Neves, J. M. (Ed.), *Habitar a Cidade* (pp.8-11). Cascais: True Team Design & Publishing.
- Garcia Lamas, J. M. R. (2006). Ensaio de texto para o livro: *Morfologia urbana e desenho da cidade*. *Arquitectura Ibérica*, n°12, 30-35.

JPN (2009). Falta de estacionamento é “problema de mentalidades”. Retirado em Novembro 12, 2010 de http://jpn.icicom.up.pt/2009/05/14/rever_abordagem_porto_falta_de_estacionamento_e_problema_de_mentalidades.html.

Lopes, N. V. (2006). Reabilitação de Caixilharias em Edifícios do Século XIX e início do Século XX. Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo de Caso da Habitação Corrente Portuense. Tese de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Loza, R. (2005). O papel das SRU na revitalização das cidades portuguesas. Alguns tópicos para reflexão. Retirado em Novembro 17, 2010, de http://www.portovivosru.pt/sub_menu_1_1.php.

Matos, F. L. (2007). Reabilitação urbana da baixa portuense - Qualidade habitacional. Revista da faculdade de letras - Geografia - Universidade do Porto. Volume I, II Série, 33-34.

Mendes da Silva, J. A. R. (2009). Reabilitar edifícios em centros urbanos antigos. A razão dos materiais. *Arquitectura Ibérica*, nº30, 6-13.

Mestre, V. & Aleixo, S. (2007). O sucesso da reabilitação e edifícios e monumentos nacionais está intimamente dependente da requalificação da cidade tradicional. Retirado em Janeiro, 7, 2011 de http://revlae.ulusofoa.pt/pdf02/tema2_6.pdf.

Milhazes, F. (2010). O reflexo da contemporaneidade na reabilitação do edificado corrente portuense. Prova final de mestrado, FAUP, Porto.

Peters, P. (1973). *Temas de arquitectura actual. Residencias colectivas*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Portas, N. (2005). *Arquitectura(s): teoria e desenho, investigação e projecto*. Escritos. Porto: Publicações FAUP.

Porto Vivo, SRU & Câmara Municipal do Porto (2008a). *Centro Histórico do Porto*

Património Mundial. Plano de Gestão – Volume I. Retirado em Março, 13, 2011 de http://www.portovivosru.pt/pdfs/planoges_HPPM_v1.pdf.

Santos, P. & Ramos, R (2000). *Porto 2001: regresso à Baixa*. Porto: FAUP publicações.

Sarmento & Cunha, P. (2000). In Grande, N. (Org.). *Porto 2001: regresso à Baixa. Consulta para a elaboração do Programa de Requalificação da Baixa Portuense*. (pp. 11-12). Porto: FAUP Publicações.

Tostões, A. C. (1995). *História da Arte Portuguesa. Arquitectura Portuguesa do séc. XX*. (Vol. 3). Lisboa: Círculo de Leitores.

Lista de Figuras

- Fig. 1 - Edifício em ruínas - Rua de D. Hugo
- Fig. 2 - Edifício em ruínas - Avenida da Ponte
- Fig. 3 - Edifício em ruínas - Rua de D. Hugo
- Fig. 4 - Ribeira do Porto
- Fig. 5 - Prédio de Rendimento - Rua de Alexandre Braga
- Fig. 6 - Ponte D. Luís I
- Fig. 7 - Edifício das Quatro Estações - Rua das Carmelitas
- Fig. 8 - Arquitecto Marques da Silva
- Fig. 9 - Grandes Armazéns Nascimento - Porto
- Fig. 10 - Casa de Serralves - Porto
- Fig. 11 - Escola Secundária Alexandre Herculano - Porto
- Fig. 12 - Escola Secundária Rodrigues de Freitas - Porto
- Fig. 13 - Prédio de Rendimento - desenho técnico
- Fig. 14 - Avenida dos Aliados - Porto
- Fig. 15 - Edifícios habitacionais - Rua de Mouzinho da Silveira
- Fig. 16 - Hotel Intercontinental - Porto
- Fig. 17 - Empreendimento reabilitado em parceria com a Edifer - Praça Carlos Alberto
- Fig. 18 - Edifícios reabilitados - Rua de Mouzinho da Silveira
- Fig. 19 - Empreendimento reabilitado - Rua de Sá Noronha
- Fig. 20 - Metro do Porto
- Fig. 21 - Comboios de Portugal
- Fig. 22 - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto
- Fig. 23 - Célula Biológica
- Fig. 24 - Residência Universitária Alberto Amaral
- Fig. 25 - Residência Universitária José Novais Barbosa
- Fig. 26 - Quartos dos residentes
- Fig. 27 - Casa de banho colectiva
- Fig. 28 - Residência Universitária de Paranhos
- Fig. 29 - Quartos dos residentes

Agradecimentos

Obrigada a todos aqueles que tornaram possível a realização deste projecto.

Créditos: CEFAUP - Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Design Editorial: Sara Pereira